

## Editorial

### QUEM VIOLA E QUEM DEFENDE A ORDEM E A LEGALIDADE DEMOCRÁTICAS

O agravamento da situação económica e financeira é, sem dúvida, o ponto mais crítico da situação nacional actual. É uma situação tanto mais grave quanto é certo que se combina com uma aguda crise política, ela também exacerbada pelos acontecimentos militares de fins de Novembro.

A carestia da vida sofreu uma brusca aceleração ao mesmo tempo que os salários de 800 000 trabalhadores foram na prática congelados — o que reduzirá drasticamente o poder de compra da população laboriosa.

É legítimo que os trabalhadores portugueses se interroguem com inquietação quanto ao sentido de classe das medidas económicas e financeiras que se estão levando à prática.

No plano político, arrastam-se as negociações para os reajustamentos do VI Governo Provisório, dominadas pelas disputas hegemónicas entre o PPD e o PS, ao mesmo tempo que a direita reaccionária se reorganiza e reactiva para novos ensaios de assalto ao poder.

A proximidade das eleições para a Assembleia Legislativa, prevista para a Primavera, pelas condições em que vão realizar-se, faz prever o acirramento da batalha política. Aproxima-se o termo das discussões na Constituinte; o Pacto MFA — Partidos está a ser revisto; o eleitoralismo domina já os actos políticos do PS, do PPD, do CDS.

Nestas condições é de prever um adensamento dos factores de conflito na sociedade portuguesa, o que exigirá uma extrema atenção e vigilância das massas populares e das forças democráticas.

(Continua na pág. 2)



## O AUMENTO DE PREÇOS NÃO PODE SER PAGO PELOS TRABALHADORES!

É urgente que se tomem medidas que acabem com o aumento de preços! É urgente pôr fim ao congelamento de salários! É necessário defender a independência nacional!

Pág. 7

## DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA!

Atacada em Braga, no último fim de semana, pelos grandes agrários, acompanhados pelos que só a conhecem de ouvir falar, a Reforma Agrária prossegue congregando na sua defesa os esforços abnegados dos trabalhadores rurais, dos pequenos e médios agricultores que a conhecem concretamente e a defendem porque são eles que a realizam. Defender e praticar a Reforma Agrária não são duas coisas distintas para os seus obreiros. Membros de um mesmo corpo, unido e organizado, é a vida de muitos milhares de homens que está em jogo na Reforma Agrária. Proteger esse corpo e torná-lo mais forte é evitar a morte da esperança verdadeira que se abriu em Abril de 1974 para todo o Povo português.

## BOMBAS NO PORTO

O rebentamento de quatro bombas, na madrugada de terça-feira, na cidade de Porto, revela bem a impunidade com que a reacção actua no Norte do País, onde quase todos os dias se faz ouvir o deflagrar de mais uma detonação contra os haveres e a vida dos elementos progressistas que ali habitam.

Foram atingidos com os atentados terroristas o estabelecimento de decorações «Colunata», na Rua Faria Guimarães, propriedade de Helena Araújo Castro, cujo marido, dr. Raul Castro, é militante do nosso Partido. Este estabelecimento já tinha sido alvo de atenta-

do semelhante, em Novembro passado, registando-se então prejuízos avultados.

Também a residência do dr. Alberto Teixeira de Sousa, em Rio Tinto, membro do nosso Partido e que tem desempenhado as funções de presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar, foi alvo da destruição terrorista. Colocada junto à porta da entrada, a bomba, que estourou por volta das 3 e 45, danificou quase todas as dependências do rés-do-chão, causando danos também nos prédios vizinhos.

As outras bombas rebentaram na livraria

«Estudo», na Avenida Antunes Guimarães, que ficou com a montra destruída, e debaixo de uma furgoneta. A livraria pertence a elementos progressistas sem estarem contudo filiados em qualquer partido.

O veículo é propriedade da firma Eocha Brito, Lda. e estava entregue para serviço a Jorge Borges Rodrigues que é militante do nosso Partido. O veículo, que estacionava na Rua de La Couture, ficou praticamente destruído.

Como se pode constatar os atentados terroristas não param no Norte. Entretanto as autoridades tomaram conta das ocorrências.



## O ÚLTIMO ADEUS A UM COMUNISTA

Milhares de trabalhadores incorporaram-se no funeral do camarada Herculano de Carvalho, membro da DORL do PCP e deputado comunista à Assembleia Constituinte, vítima de um acidente de viação

(Pág. 3)

- 18 de Janeiro de 1934: data gloriosa (Pág. 4)
- Assembleia do PCP em Sines (Pág. 5)
- Octávio Pato e António Gervásio em Portalegre. (Pág. 5)
- Defender a unidade sindical. (Pág. 9)
- Relações comerciais com a URSS. (Pág. 5)
- Construção civil: a luta continua (Pág. 9)
- Delegação portuguesa na RDA. (Pág. 5)
- As vitórias dos povos da Guiné-Bissau e de Angola. (Pág. 12)



Editorial

QUEM VIOLA E QUEM DEFENDE A ORDEM E A LEGALIDADE DEMOCRÁTICAS

(Continuação da pag. 1)

É exactamente nos momentos mais agudos e críticos que a classe operária e todos os trabalhadores devem dar mostras de elevada consciência de classe e maturidade política.

O combate que ora se trava em Portugal opõe forças cuja linha divisória é, por vezes, fortemente deformada por preconceitos sectários ou por um calculismo político de vistas curtas.

Impõe-se ver claramente que forças, que classes, na sociedade portuguesa, estão realmente interessadas na revolução democrática, na defesa e consolidação da democracia, e quais as que estão visceralmente interessadas em a combater e liquidar.

Uma visão objectiva e desapaixada dessa linha divisória de interesses opostos mostrará a uma nova luz forças sociais e políticas capazes de se irmanarem à volta de objectivos comuns, capazes de construírem, sobre sólidos alicerces, uma barreira inexpugnável contra o inimigo comum e o derrotarem, mesmo que em tal ou tal curva da luta revolucionária tenham divergido em questões de fundo ou de pormenor.

A revolução portuguesa e a experiência revolucionária de outros povos, como o chileno, por exemplo, são instrutivas: homens a quem com levandade se pôs a tabuleta de «fascistas» e de «reaccionários», só pelo simples facto de divergiem nos objectivos e ritmos da revolução, tornaram-se, na lógica da luta, soldados de primeira linha no combate à contra-revolução.

A «chilenização» de Portugal é um objectivo muito concreto e real de certas forças e pessoas que actuam além e aquém fronteiras.

Políticos portugueses inconscientes ou corrompidos, aparentemente do lado de cá da linha divisória, trabalharam e trabalham activamente para a «desestabilização» política e económica do seu País. Alguns deles são incorrigíveis e irrecuperáveis para a causa que de fachada dizem defender; alguns outros desapareceriam na voragem fascista que ajudaram a desencadear se Portugal tivesse a fatalidade de se tornar o Chile da Europa.

Mas com eles, à volta deles, muitos já de costas voltadas para eles, patriotas e democratas sinceros, antifascistas por formação, não querem fazer, e não farão seguramente o jogo do inimigo se soubermos ir até eles de espírito aberto, sem ideias preconcebidas e lhes mostrarmos a perspectiva que procuram e que é a nossa.

As forças motrizes da «chilenização» de Portugal estão activas e organizam-se. Por métodos «legais» ou terroristas actuam já na erosão dos alicerces revolucionários e procuram rapidamente criar as condições favoráveis ao golpe de morte contra a democracia portuguesa.

O nosso povo pode agora ver em pleno quem são os amigos e os inimigos da ordem e da legalidade. Não são factos furtivos a passeata de Spínola a Espanha e a França, as entrevistas de órgãos de Informação abertamente reaccionários, como «O Tempo» com os Alpoim Galvão e outros, e, ao mesmo tempo, o novo surto de atentados terroristas no Norte (por enquanto) contra conhecidos antifascistas e instalações de organizações progressistas. Não é da mesma forma fortuito que depois dos arraiais reaccionários de Rio Maior e Braga — onde os inimigos da Reforma Agrária e da democracia deram largas ao seu ódio à revolução — se projectem outros com os mesmos objectivos contra-revolucionários (um já realizado ontem na Merceana) desta vez acompanhados de ultimatos ao Conselho da Revolução.

Mergulhar a sociedade portuguesa no terror e num banho de sangue para recuperar as posições perdidas é o objectivo dos reaccionários reunidos em Rio Maior, em Braga, em Sines e agora em Merceana. Por detrás deles, empurrando-os, comprando consciências, os milhões da CIA e dos monopólios internacionais.

Mas os planos da contra-revolução serão travados, pois a democracia portuguesa tem forças capazes de passar à contra-ofensiva e de infligir uma demolidora derrota aos inimigos do processo democrático e da nossa independência nacional.

Na defesa das liberdades e das conquistas da revolução as forças verdadeiramente patrióticas do nosso País estão em condições de triunfar se derem provas de grande serenidade e firmeza na luta contra as forças da reacção e do imperialismo.

Desde que estejam unidas! A defesa da ordem e da legalidade democráticas é uma questão vital para a Revolução portuguesa.

Provocadores e aventureiristas pseudo-revolucionários, bem cebados pelos agentes da reacção e do imperialismo, tentarão perturbar e desnaturar as justas expressões de protesto e descontentamento das massas populares contra a carestia da vida, o congelamento dos salários, os atentados aos direitos e liberdades dos cidadãos.

Se a vigilância popular se mantiver activa, se aos provocadores e aventureiros for oferecida uma serena e firme barreira das massas populares contra as suas provocações e aventuras, se uma justa conduta política reduzir a zero as possibilidades de confrontos violentos com as forças militares e militarizadas, os factores de conflito da crítica situação nacional actual não terão desenvolvimentos perigosos para a manutenção da democracia portuguesa.

Ver-se-á então com meridiana clareza que quem quer mergulhar Portugal na desordem e na guerra civil são os fascistas e os seus agentes e quem quer defender a legalidade e a ordem democrática são as massas populares, em primeiro lugar a classe operária e os restantes trabalhadores portugueses.

A REACÇÃO CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

O «plenário» de Braga convocado pelas forças reaccionárias comprovou que através do ataque à Reforma Agrária se pretende atacar a revolução democrática e as liberdades

De Rio Maior para Braga a ofensiva contra a Reforma Agrária prossegue.

Os saudosistas do fascismo reagrupam-se e reforçam os seus ataques contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores.

O PPM assume nesta ofensiva um novo papel e de seródios e caricatos expoentes de soluções «monárquicas» para um Povo que caminha decididamente para o futuro transformou-se numa das pontas de lança de forças económicas e políticas cujos objectivos reaccionários são bem mais organizados e perigosos.

Os discursos pronunciados em Braga no último assumiram um grau de violência e de calúnia que demonstra bem que a reacção entende (e para tanto tem bons motivos, havemos de convir), que a sua hora pode estar a chegar e que o assalto às conquistas populares se pode fazer com impunidade e eficácia.

De toda esta manobra iniciada em Rio Maior, fracsada em Santiago do Cacém, prosseguida em Braga e anunciada em breve para Merceana, há desde já alguns aspectos concretos que convém sublinhar e ter em conta.

Antes de tudo o mais, é importante que se verifique que as forças que movimentam esta ofensiva escolhem para os seus actos públicos regiões que, no essencial, não conheceram qualquer medida de Reforma Agrária e que inclusivamente foram declaradas fora de lei pelas últimas medidas do Ministério da Agricultura.

Tirando a tentativa de Santiago do Cacém que se saldou por uma clamorosa derrota, o «secretariado de Rio Maior», os caciques do CDS e do PPD, os «monárqui-

cos» do PPM pretendem mobilizar populações que, afinal, de Reforma Agrária apenas conhecem aquilo que ouviram.

A manobra é de uma transparência total. Na realidade, «dada a grande diferenciação regional quanto à divisão da propriedade, pode quase dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma Reforma Agrária, mas de duas reformas agrárias, uma nas zonas de grande propriedade, outra nas zonas de pequena propriedade, reformas que tenham em conta as características especiais de cada região, o peso relativo do proletariado rural e do campesinato e dentro deste dos seus variados estratos» (1). Ora, conforme o PCP tem repetidamente salientado, era nas terras do Sul, de maior densidade do proletariado rural, onde este se encontrava mais bem organizado e possuía grandes tradições de luta, que se criaram após o 25 de Abril condições mais favoráveis à realização da Reforma Agrária nos moldes indicados pela estrutura latifundiária dos campos alentejanos — o que implicava naturalmente a expropriação das grandes herdades das planícies entre o Tejo e o Algarve.

Jamais ninguém defendeu que os moldes da Reforma Agrária utilizados no Sul fossem os mais adequados à globalidade do País. Bem pelo contrário, através da realização de numerosas conferências e reuniões de trabalho, as forças progressistas e nomeadamente o PCP desenvolveram e desenvolveram um largo trabalho de mobilização e de organização no sentido de que as massas camponesas encontrarem, em cada sector e região, as soluções mais ade-

quadas às suas circunstâncias concretas.

Dado o incremento da Reforma Agrária no Sul, imediatamente, porém, se juntaram os interesses dos latifundiários do Alentejo com os caciques das regiões Centro e Norte que receavam que o exemplo dos trabalhadores alentejanos frutificasse em organização dos pequenos e médios camponeses que dominavam e que assim fossem postos em causa os seus interesses.

Foi assim que as forças da direita agrupadas das mais variadas formas se lançaram numa histórica campanha nas regiões do Centro e do Norte, utilizando o domínio que anos de exploração lhes entregara e que um saneamento ao nível das autarquias insuficiente conservava em alguns pontos. O tópico fulcral da campanha, para além do anticomunismo ao nível político e ideológico, foi a teia de mentiras sobre a identificação da Reforma Agrária com expropriações. Os temores do PPM, do CDS, do PPD, do «secretariado de Rio Maior» desferiram-se e desfazem-se em discursos, comunicados, «teses» em que tentam «explicar» a pequenos e médios camponeses das Beiras, de Trás-os-Montes e do Minho que se nessas regiões a Reforma Agrária for aplicada isso se cifrará pela expropriação das suas pequenas herdades, o desapossamento das pequenas terras onde esses camponeses mourejam há gerações sob o domínio dos senhores que hoje debitam toda esta série de patacoadas.

Desconhecedores da realidade da Reforma Agrária levada a efeito no Alentejo, desconhecedores dos reais objectivos daquela que se pretende levar a todo o Portugal,

camponeses pobres acabam influenciados pelos seus inimigos, correndo o risco de servir objectivos de que serão as primeiras vítimas.

Em terras do Alentejo, onde o povo conhece a Reforma Agrária, os reaccionários não encontram audiência. Encontram, contudo, alguma em regiões onde a sua influência se mantém e as suas mentiras e calúnias podem ser escutadas. Ao contrário das palavras de ordem das forças progressistas que apontam aos pequenos e médios camponeses o caminho da sua organização própria, o caminho do debate e do estudo que os conduza a soluções que os sirvam efectivamente criando estruturas por eles dirigidas que as possam pôr em prática, os caciques da reacção pretendem arrastar as massas trabalhadoras dos campos através de organizações que os senhores da terra dirigem, como é o caso do fascista «secretariado de Rio Maior».

Outro aspecto que importa sublinhar em toda esta ofensiva é o papel desempenhado por algumas forças políticas que deveriam estar ao lado do processo revolucionário e das massas trabalhadoras e que com a sua política abriram caminho à reacção — estando já presentemente a ser dela também vítimas.

As posições assumidas pelos dirigentes do Partido Socialista desempenharam neste caso — como aliás em outros — um papel altamente negativo. As críticas à Reforma Agrária conduzida pelos heróicos trabalhadores alentejanos que os dirigentes do PS frequentemente debilitaram constituíram um precioso auxílio a quantos pretendiam efectivamente destruí-la. Por outro lado, as manobras políti-

queiras desses dirigentes no que se refere ao esforço de isolamento do proletariado industrial da região de Lisboa e a sua demagogia desenfreada em terras do Centro e do Norte abriu caminho a que as forças reaccionárias com maior influência nessas terras pudessem levantar a cabeça e passar ao ataque. Ignorando oportunista-

mente a influência das forças conservadoras em vastas regiões do interior, declarando com toda a inconsciência que longe de serem influenciadas pela herança de cinquenta anos de fascismo e obscurantismo essas camadas da população eram «a derradeira defesa da democracia», os dirigentes socialistas abriram caminho a que as forças que efectivamente influenciavam essas populações utilizem hoje tal influência para as lançarem em campanhas reaccionárias acobertadas pelos «atestandos» de progressismo passados por dirigentes de um Partido que deveria estar com o processo revolucionário.

Como o PCP frequentemente sublinhou, esta política oportunista e divisionista do PS acabaria por redundar não apenas em prejuízo do processo revolucionário como também do próprio PS. E para quem restasse dúvidas, aí temos agora no Plenário de Braga o ministro socialista da Agricultura, Lopes Cardoso, a ser atacado violentamente, ao mesmo tempo que militantes socialistas começam a ser alvo de atentados e agressões!

Face a esta ofensiva generalizada, a defesa da Reforma Agrária é uma tarefa essencial de todos quantos estão verdadeiramente interessados no processo revolucionário.

Ao nível oficial, é de esperar que a virulência, o reaccionismo de-

senfreado dos discursos dos caciques e dos dirigentes da direita consolidem a decisão de tomar medidas que ponham não apenas termo a esta campanha que enveredou decididamente pela via terrorista, como igualmente de consolidar as conquistas já efectuadas e assegurar um funcionamento eficaz aos sectores agrícolas aos quais a Reforma Agrária criou novas possibilidades.

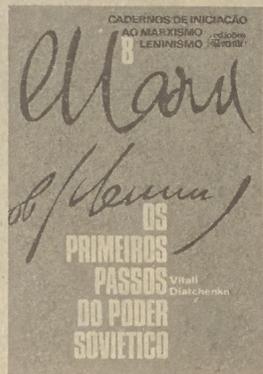
Ao nível das organizações progressistas, o esforço de esclarecimento de largos sectores de pequenos e médios camponeses, a par e passo com um grande esforço de organização e estudo junto das massas trabalhadoras nos campos é um elemento essencial para desmontar a provocação que dia a dia se vai montando. A cuidada distinção entre a manipulação de que largas camadas camponesas estão a ser alvo e os objectivos reais dos caciques e dirigentes reaccionários, tem de ser uma constante da acção dos militantes progressistas. Confundir os sectores de trabalhadores dos campos sobre os quais se faz sentir a influência da direita, com essa própria direita, é fazer-lhe o jogo, é facilitar a manipulação, é entrar a tomada de consciência dos pequenos e médios camponeses sobre os seus reais interesses.

A prudência e rigor com que, nas regiões do Sul, a Reforma Agrária tem de ser defendida e consolidada, é igualmente primordial: as grandiosas tarefas dos trabalhadores alentejanos têm de constituir POR TODAS AS FORMAS um esclarecedor exemplo da força e correcção das massas populares quando se dispõem a tomar a direcção dos seus próprios destinos.

— NOVIDADES — edições Avante!

Os Primeiros Passos Do Poder Soviético

Colecção: Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo Código: 21.08 Preço: 20.00



A história do nascimento, do estabelecimento e do desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas constitui um testemunho convincente da vitalidade e da força transformadora das ideias do marxismo-leninismo. Nascido em Outubro de 1917, este primeiro Estado dos operários e dos camponeses no mundo inaugurou a construção de um mundo novo, de um mundo sem opressores e oprimidos.

Sob a direcção do partido bolchevique, a classe operária da Rússia, aliada ao campesinato e às outras camadas laboriosas da população, realizou grandes transformações revolucionárias, as quais entraram na história como modelo da passagem do capitalismo ao socialismo. Isto não quer dizer que esta passagem se efectue em todos os países segundo um modelo standard. Quer, sim, dizer que no Grande Outubro se manifestaram e comprovaram as leis gerais da revolução socialista. Eis porque o estudo da experiência da Revolução de Outubro é fundamental para todos quantos estão empenhados na realização de transformações revolucionárias da sociedade rumo ao socialismo.

O SOCIALISMO CIENTÍFICO

MARX, ENGELS, LENINE Colecção: Biblioteca do Marxismo-Leninismo Código: 13.06 Preço: 30.00

Nesta antologia reúnem-se os textos clássicos fundamentais para a compreensão do socialismo que Marx transformou de utopia em ciência, em socialismo científico. Enriquecido por Engels e depois por Lenine, o socialismo científico é a base ideológica e teórica do partido marxista-leninista, vanguarda do proletariado, única força revolucionária

consequente capaz de fazer triunfar o socialismo.

Desenvolvendo a teoria do socialismo científico, Lenine deu grande atenção à luta pela pureza da teoria marxista. A luta que travou contra o oportunismo é um exemplo de elevado espírito de partido na solução dos problemas práticos e teóricos. A teoria do socialismo científico desen-

A Questão Agrária

V. I. LENINE Colecção: Leníniana Código: 12.01 Preço: 50.00

Lenine elaborou a teoria da aliança da classe operária com o campesinato nas diferentes fases da Revolução, aliança baseada na comunidade dos seus interesses políticos e económicos fundamentais, e mostrou o papel histórico desta aliança como força social decisiva na luta pela vitória do novo regime socialista no campo.

A transição para o socialismo, como Lenine disse por mais de uma vez, realizar-se-á nos vários países de maneira diferente. Mas o principal na realização das reformas agrárias democráticas é a criação de economias colectivas que libertem as massas camponesas da exploração e da ocupação com a sua existência, assegurando-lhes uma vida desfogada e digna do homem.

Na presente colectânea apresentam-se de forma sistematizada as ideias de Lenine sobre a questão agrária.

volve-se no decurso da luta intransigente contra a ideologia burguesa, e em primeiro lugar contra a ideologia anticomunista. A burguesia despande grandes esforços e meios na luta contra as ideias do socialismo. Mas a própria vida mostra a sua grande força invencível. O futuro da Humanidade pertence ao socialismo e ao comunismo.

AS CONDIÇÕES E A MOCA...

O CDS oscila entre a moca e as eleições.

Após a grandiosa manifestação democrática em que o sr. general Galvão de Melo brandiu em Rio Maior o seu esclarecedor argumento caceiteiro, o sr. dr. Amaro da Costa declarou aos órgãos de Informação, após uma reunião do Conselho Nacional, que o CDS «tentará explorar fraquezas e medidas impopulares do Governo para conseguir aumentar significativamente o número dos seus votantes».

O sr. dr. Amaro da Costa definiu o CDS como um partido de oposição (não especificou a quê), e disse que o Congresso, entre muitas outras e desvalzadas coisas, analisou a questão da angariação de fundos.

O sr. dr. Amaro da Costa declarou igualmente que o seu partido «encontra agora melhores condições de intervenção».

Considerando os dois factos aqui apontados, será de concluir que o sr. general Galvão de Melo encontra agora melhores condições de usar a moca.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

O nosso Partido realiza, nos próximos dias, as seguintes sessões de esclarecimento:

Hoje, às 21 e 30 — no Clube Recreativo do Bairro Bento Gonçalves — Almada;

— No Recreios Desportivos da Trafaria.

Amanhã, às 21 e 30 — no Ginásio do Ciclo Preparatório da Covilhã, com o camarada Pires Jorge.

Dia 17, às 15 — Festa da Juventude, no Centro Artístico

Albicastrense, em Castelo Branco;

— A 21 — No mesmo local, sessão com o camarada Pires Jorge;

— A 21 e 30 — No Bairro do Campo da Bola, em Almada.

Dia 18, às 16 — «Na Escola Prilária de Juncal do Campo»;

— A 21 e 30 — Festa da SIP da CC de Almada do PCP no Salão de Festas da Incrível Almadense.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE A CHECOSLOVÁQUIA

Foi inaugurada no passado dia 8, numa das salas do Palácio Foz, uma exposição fotográfica subordinada ao tema Checoslováquia 75, onde predomina, para além da excelente qualidade dos trabalhos expostos uma variedade de assuntos que abrange cerca de 211 fotografias (a preto e branco), divididas em nove secções: uma introdução, Checoslováquia, Os Comités Nacionais, Para o Bem-Estar da Nação, Agricultura, Indústria, Cultura, Educação Física-Desportos-Recreio e a República Socialista da Checoslováquia e o CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica).

No acto da inauguração estiveram presentes, entre outras personalidades, o ministro Almeida Santos e o embaixador da Checoslováquia no nosso país.

Em contraste com as fotografias recolhidas durante a II Guerra Mundial (testemunhos históricos de elevado valor), o certame conta, ainda, com algumas dezenas de trabalhos que deixam transparecer a realidade checa de hoje e apresentam elucidativos fragmentos da vida quotidiana desta grande Nação Socialista.

A exposição estará patente ao público até ao dia 28, das 15 às 19 horas.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CENTRAL DE MÓSCOVO PARA PORTUGAL

19.00-20.00 ..... 31 e 41 m. 20.30-21.00 ..... 31, 41 e 49 m. 22.00-22.30 ..... 31 e 41 m.

Visite as LIVRARIAS

Av. Santos Dumont, 57-c R. de Aviz - 26

O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA



LÊ - ASSINA - DIVULGA

TESTAMENTO SOB A FORÇA

— JULIUS FUTCHIC

A consciência de um revolucionário perante a morte, a sua visão da vida e do mundo, a sua mensagem de esperança nas forças da paz e do progresso

preço 30\$00

RUDIMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO

— V. PODOSSNETNIK — A. SPIRKINE

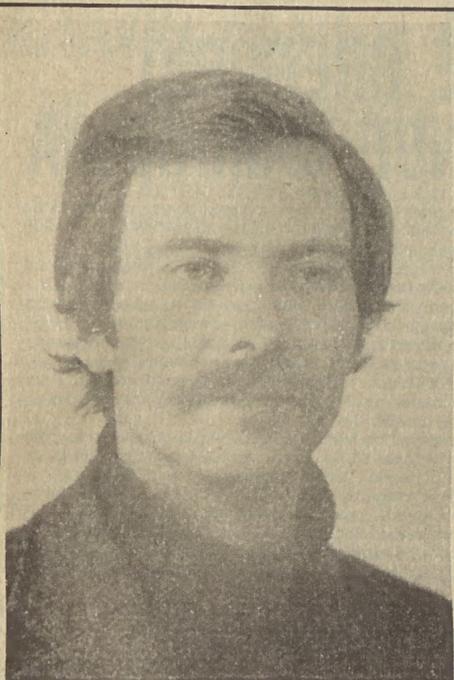
Trata-se duma introdução breve e clara ao materialismo histórico e a sua aplicação à nossa época

preço 25\$00



# MUITOS MILHARES DE TRABALHADORES NO FUNERAL DE HERCULANO DE CARVALHO

Herculano de Carvalho, camarada deputado do nosso Partido, cuja breve vida constituiu um exemplo de dedicação à causa do povo português, foi, pela última vez, acompanhado por milhares e milhares de trabalhadores aos quais dedicou as suas energias de patriota e revolucionário



## UM LUTADOR ANTIFASCISTA

Herculano Henriques Cordeiro de Carvalho nasceu em 24 de Agosto de 1943, na freguesia de Origa, Concelho de Mação.

Tendo tirado o curso de professor primário, exerceu durante alguns anos o magistério, trabalhando depois como delegado de Propaganda Médica e posteriormente como empregado de escritório. Militante activo no Sindicato da Propaganda Médica, desenvolveu também intensa actividade na Cooperativa Vis, da Amadora, tendo sido eleito Presidente da Direcção no ano de 1970.

Participou na Campanha "Eleitoral" para Deputados em 1969, integrado na Comissão de Freguesia da CDE da Amadora. Fez parte da Comissão Distrital e, posteriormente, da Comissão Executiva da CDE de Lisboa até à sua transformação em partido político. Foi membro da Comissão Nacional do 3.º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro.

Preso pela PIDE por duas vezes, portou-se sempre de forma exemplar.

Era membro do PCP desde 1972 e fazia parte da DORL desde 1975.

Eleito deputado comunista à Assembleia Constituinte pelo Círculo de Lisboa, dedicava especial atenção e energia ao movimento popular de base, às autarquias locais, cujos interesses defendeu nas suas intervenções na Assembleia.

Herculano de Carvalho era casado com a camarada Maria Inês Henrique de Carvalho e deixa três filhos, o mais velho com oito anos e o mais novo com nove meses.

Desaparecido tragicamente apenas com 32 anos, o camarada Herculano de Carvalho dedicou o melhor da sua vida à luta pelos interesses e pela libertação dos trabalhadores e do povo português.

No dia 13 de Janeiro, na Amadora, pelas 17 horas, quando as sirenes das fábricas próximas lançavam, agudamente, o anúncio do fim da jornada de trabalho, descia à rua, na Av. da República a urna do camarada Herculano de Carvalho. Camaradas fecharam as portas do Centro do nosso Partido, onde partia o funeral e juntavam-se aos milhares de pessoas que aguardavam o início do cortejo.

Principiava, então, a última caminhada lado a lado com Herculano de Carvalho, um homem que em todas as circunstâncias da vida serviu a causa da classe operária e do povo português — um comunista.

Mas a longa e difícil jornada pela libertação do povo português a que o nosso Partido meteu ombros desde 1921, a jornada a que o camarada Herculano de Carvalho dedicou a maior parte dos anos da sua vida breve, essa continua. Sem Herculano de Carvalho mas enriquecida pelo seu trabalho de militante, pela sua experiência de membro e deputado do Partido da classe operária. E tal como outros camaradas caídos, Herculano de Carvalho é uma presença viva na memória dos comunistas e de quantos lutam pela democracia, pelo socialismo. «E nós que ficamos, prometemos a este que parte — a tua luta é a nossa luta — a nossa força vai redobrar» lia-se numa evocação da

Comissão de Freguesia de Queluz.

## MAIS DE DEZ MIL PESSOAS NO CORTEJO FÚNEBRE

Ainda no Centro do Partido na Amadora, a última saudação a Herculano de Carvalho foi prestada de punho erguido, símbolo de determinação e coragem, pelos camaradas do Comité Central do nosso Partido, Georgette Ferreira, Francisco Miguel, José Magro e Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC. Estes camaradas abriram o cortejo fúnebre, logo após a família de Herculano de Carvalho. Seguiu-se a delegação de deputados da Assembleia Constituinte entre a qual se encontrava o prof. Henrique de Barros Presidente da AC, uma delegação do nosso Partido na qual se viam os camaradas do Comité Central Sofia Ferreira e José Vitoriano, uma delegação da DORL, um grupo de deputados do nosso Partido e delegado do Comité Local da Amadora e da Comissão Concelhia.

parar-se. Outras permaneciam, comentando o trágico acidente, o generoso ímpeto que levou Herculano de Carvalho a precipitar-se para os ocupantes de um carro despedido. Vários comentavam a imagem de espírito de unidade que os comunistas dão tanto na vida como na morte. «Na morte são todos iguais» diria alguém num passeio, respondendo a uma semi provocação de alguns reaccionários que festejam a morte de comunistas, com alegria, ignorando que cada camarada caído, embora represente uma perda irrecuperável, continua a ser um estímulo para a luta. Mas não é verdade que na morte todos sejam iguais. A morte é uma lei de natureza. Para além dela, há na memória dos homens, na memória dos povos, um espaço sempre intacto para aqueles cuja vida foi um exemplo de combate contra a exploração e a ditadura, por um Portugal de crianças vivendo em igualdade de condições e alegria. Na morte não são todos iguais porque na vida, por enquanto, no nosso país existe uma classe de exploradores e



de coroas e flores, testemunho do pesar de muitos camaradas e de muitos trabalhadores de diversas empresas.

Em nome do nosso Partido, o camarada Carlos Brito da Comissão Política do nosso Partido evocou a personalidade de Herculano de Carvalho:

«Herculano de Carvalho é já uma grande saudade. No Partido sentimos a falta de um camarada dedicado, escrupuloso, cumpridor, de bom companheiro, do espírito profundo e inteligente que levava sempre as tarefas a sério. Todas as pessoas com quem conviveu na vida quotidiana, no trabalho, na actividade política, guardarão certamente de Herculano de Carvalho a imagem de um homem compreensivo, solidário, sempre pronto a ajudar o próximo nos momentos de dificuldades. Mesmo os adversários políticos se se podem queixar da sua combatividade e ardor, não deixarão de lhe reconhecer estas qualidades, não deixarão de lhe reconhecer a lealdade e o espírito construtivo.

Referindo-se à actividade de Herculano de Carvalho após o 25 de Abril, o camarada Carlos Brito destacou a sua experiência de militância enquanto dirigente regional do Partido, como membro da DORL, a sua experiência governativa de pequenas localidades, a vivência nas autarquias locais, a capacidade de convivência e trabalho com pessoas de ideias diferentes mas que, no essencial, acompanhavam o esforço comum de construir um Portugal novo, seu trabalho como deputado da Assembleia Constituinte. Salientando a profundo espírito de solidariedade que distinguiu o camarada Herculano de

Carvalho, Carlos Brito afirmou:

«Na hora da sua morte, morreu ajudando o próximo, em solidariedade para com os outros. Foi uma comunista, um deputado do nosso Partido, um trabalhador pelos interesses da classe operária e do povo português. A morte de Herculano de Carvalho é uma grande perda para o nosso Partido, para o movimento popular, para o Portugal de futuro que queremos construir.»

Era já noite quando a terra se abateu sobre a urna que contém o corpo do camarada Herculano de Carvalho e lentamente começou a debandada da multidão que havia acompanhado o cortejo fúnebre. A vida prossegue. A luta continua. Esta a homenagem mais desejada por quantos comunistas e patriotas caídos pelo caminho. Este o desejo mais profundo do camarada Herculano de Carvalho, um militante comunista: os trabalhadores com que lutou o confirmaram no seu derradeiro adeus: «a tua luta é a nossa luta — a nossa força vai redobrar.»

## SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Indo ao encontro do solicitado por inúmeros leitores acabamos de criar o serviço de novidades por coleções — O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

### VANTAGENS

Este serviço oferece aos assinantes a comodidade de receberem os nossos livros em suas casas ou nos locais que nos indicarem, antes de serem postos à venda.

Este serviço garante aos assinantes que nenhum livro das Edições «Avante!» em que estão interessados faltará nas suas bibliotecas.

O 13.º livro recebido nesta modalidade, em cada coleção, é oferecido pelas Edições «Avante!».

### PARA SER ASSINANTE

Para ser assinante é necessário remeter-nos a Ficha de Assinante devidamente preenchida, acompanhada da quantia de 100\$00 (caução mínima), que funcionará como pagamento adiantado dos livros que lhe serão enviados antes da sua divulgação junto do grande público.

NOTA: Para a assinatura permanecer válida reponha imediatamente o valor dos livros que for recebendo ou então, para comodidade sua, aumente o

valor da caução mínima inicial. Os nossos serviços avisá-lo-ão quando chegar a altura de a repor.

Os livros são remetidos pelo correio, sem aumento de preço, para todo o país. Para o estrangeiro serão debitados acrescidos dos respectivos portes.

### SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Ser assinante é também uma forma de apoiar a Editorial «Avante!».

Ser assinante é estar informado da linha política do Partido Comunista Português.

### AOS LIVREIROS

O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!» é extensível às livrarias, que devem organizar o seu próprio serviço de novidades.

Todos os livreiros devem comunicar-nos o número de assinantes que têm em cada coleção para que possamos receber os livros a tempo de os enviarmos aos assinantes que angariarem.

ATENÇÃO: — as nossas remessas nesta modalidade beneficiarão de um desconto adicional de 5%;

— as livrarias que aderirem a esta nossa iniciativa beneficiarão de publicidade gratuita no Boletim das Edições «Avante!» sob a rubrica «Livrarias Recomendadas».

Na véspera do funeral, enquanto o corpo do nosso querido camarada Herculano de Carvalho repousava em câmara ardente numa das salas do Centro de Trabalho da Amadora, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, apresentou à companhia e restante família deste valioso militante antifascista e fiel representante do movimento operário e popular, as suas mais profundas condolências.

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!», quadros do nosso Partido e muitas centenas de democratas portugueses, deslocaram-se em idêntica missão de pésames e de apoio ao Centro de Trabalho, onde, perante as lágrimas que banhavam as faces de muitos camaradas de punho erguido, chegavam a toda a hora testemunhos de dor e tristeza, vindos das fábricas e das empresas.

Da Sorefame, Seldex, Mague, TLP, Cel-Cat, Cometa, TAP, Marconi, Sidul, Metalurgia Luso-Italiana, Hipólito, Ávila, Beiersdorf, Lepetit, CRGE, AEP, Diário de Notícias, do núcleo de professores comunistas da Escola Industrial Marquês de Pombal, trabalhadores da Cooperativa Operária de Artes Gráficas, da Câmara Municipal de Almada, EPAL, Função Pública, Palácio de S. Bento, Eduardo Martins, Sonorte, Mensor, do Ministério do Equipamento Social, da Academia Militar, foram enviadas, pelas respectivas células do Partido, mensagens de dor e tristeza, onde se salientam a profunda admiração e respeito que o nosso povo sempre dispensou aos que, como o camarada Herculano de Carvalho, sempre defenderam, no dia-a-dia da sua actividade revolucionária as classes oprimidas.

Durante o cortejo fúnebre e as cerimónias que o antecederam estiveram presentes personalidades ligadas ao PPD, ao PS, FSP, MES, LUAR, PRP-BR, MDP, Delegações da UJC, da UEC, dos Pioneiros e de outros organismos do nosso Partido, associaram-se a esta manifestação de luto.

A Interindustrial, o CPCC, o MDM e um grupo de deputados da Assembleia Constituinte, estiveram também presentes no último adeus ao militante comunista desaparecido.

Depois era a multidão. Uma multidão compacta de gente de todas as idades, de representações de células, de centros de trabalho e de outras organizações do nosso Partido de diversas zonas mas muito especialmente do concelho da Amadora, delegações do Comité Central da UJC e da UEC, delegações das autarquias locais (das quais Herculano de Carvalho foi acérrimo defensor em toda a sua actividade política e nomeadamente enquanto deputado da Assembleia Constituinte), delegações de outros partidos, (nomeadamente do MDP, do MES, do PS), uma delegação da Interindustrial, representantes do Conselho Português para a Paz e Cooperação, representantes do MDM e milhares de pessoas sem partido mas que viam em Herculano de Carvalho um defensor dos direitos populares e das liberdades democráticas.

Durante o percurso, muitos trabalhadores, vindos das fábricas, alguns ainda em fato de trabalho, viriam a engrossar o cortejo.

Camaradas e outros trabalhadores das empresas Sorefame, Cometa, Cabos Ávila, Seldex, Beiersdorf, CEL-CAT, Lepetit, TAP, CTT, EPAL, CRGE, ICOSAL, Seicla, Confeções MS, Tabaqueira e de muitas outras, estavam presentes no último adeus a um camarada de que guardarão a memória. Muitas das pessoas que aguardavam nos passeios a passagem do funeral, viriam a incor-

porar-se. Outras permaneciam, comentando o trágico acidente, o generoso ímpeto que levou Herculano de Carvalho a precipitar-se para os ocupantes de um carro despedido. Vários comentavam a imagem de espírito de unidade que os comunistas dão tanto na vida como na morte. «Na morte são todos iguais» diria alguém num passeio, respondendo a uma semi provocação de alguns reaccionários que festejam a morte de comunistas, com alegria, ignorando que cada camarada caído, embora represente uma perda irrecuperável, continua a ser um estímulo para a luta. Mas não é verdade que na morte todos sejam iguais. A morte é uma lei de natureza. Para além dela, há na memória dos homens, na memória dos povos, um espaço sempre intacto para aqueles cuja vida foi um exemplo de combate contra a exploração e a ditadura, por um Portugal de crianças vivendo em igualdade de condições e alegria. Na morte não são todos iguais porque na vida, por enquanto, no nosso país existe uma classe de exploradores e

de coroas e flores, testemunho do pesar de muitos camaradas e de muitos trabalhadores de diversas empresas. Em nome do nosso Partido, o camarada Carlos Brito da Comissão Política do nosso Partido evocou a personalidade de Herculano de Carvalho: «Herculano de Carvalho é já uma grande saudade. No Partido sentimos a falta de um camarada dedicado, escrupuloso, cumpridor, de bom companheiro, do espírito profundo e inteligente que levava sempre as tarefas a sério. Todas as pessoas com quem conviveu na vida quotidiana, no trabalho, na actividade política, guardarão certamente de Herculano de Carvalho a imagem de um homem compreensivo, solidário, sempre pronto a ajudar o próximo nos momentos de dificuldades. Mesmo os adversários políticos se se podem queixar da sua combatividade e ardor, não deixarão de lhe reconhecer estas qualidades, não deixarão de lhe reconhecer a lealdade e o espírito construtivo.

Referindo-se à actividade de Herculano de Carvalho após o 25 de Abril, o camarada Carlos Brito destacou a sua experiência de militância enquanto dirigente regional do Partido, como membro da DORL, a sua experiência governativa de pequenas localidades, a vivência nas autarquias locais, a capacidade de convivência e trabalho com pessoas de ideias diferentes mas que, no essencial, acompanhavam o esforço comum de construir um Portugal novo, seu trabalho como deputado da Assembleia Constituinte. Salientando a profundo espírito de solidariedade que distinguiu o camarada Herculano de

Carvalho, Carlos Brito afirmou: «Na hora da sua morte, morreu ajudando o próximo, em solidariedade para com os outros. Foi uma comunista, um deputado do nosso Partido, um trabalhador pelos interesses da classe operária e do povo português. A morte de Herculano de Carvalho é uma grande perda para o nosso Partido, para o movimento popular, para o Portugal de futuro que queremos construir.»

## MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE

Trabalhadores de diversas empresas iniciam um movimento de solidariedade para com a companheira e os filhos do camarada Herculano de Carvalho

Num testemunho de solidariedade revolucionária, trabalhadores de diversas empresas iniciaram espontaneamente uma recolha de fundos para a companheira de Herculano de Carvalho, a camarada Maria Inês Henrique de Carvalho e para com os seus filhos de nove meses, cinco e nove anos. O exemplo partiu de Sorefame. Outros se seguiram. Trabalhadores de outros

partidos têm acompanhado este movimento de solidariedade.

Herculano de Carvalho era um comunista e um patriota, um lutador pela construção de um país democrático, um combatente pela emancipação da classe operária e dos outros trabalhadores. Pela sua vida e pela sua morte, colhida num gesto de ajuda para com o próximo, ele

merece esta solidariedade, tal como a sua companheira, mulher e mãe empenhada, igualmente, na luta por uma vida melhor.

O exemplo nascido entre os trabalhadores da Sorefame e recebido num espírito de profunda humanidade, frutifica e expande-se a outros trabalhadores. Ele anuncia já o homem novo que no Portugal libertado irá realizar-se plenamente.

edições  
«Avante!»

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»  
Ficha de Assinante

Nome .....

Morada .....

Localidade .....

Pretendo ser assinante das coleções:

TODAS

DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP

CADERNOS DO PCP

DOCUMENTOS POLÍTICOS PARA A HISTÓRIA DO PCP

RUMO AO SOCIALISMO

PEQUENA BIBLIOTECA LENINE

LENINIANA

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

RESISTÊNCIA

CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

PARA A CRÍTICA DA IDEOLOGIA BURGUESA

PROBLEMAS POLÍTICOS DO MOVIMENTO COMUNISTA E OPERÁRIO INTERNACIONAL

Nota: Indicar sobre o traço à direita o n.º a partir do qual deseja ser assinante.

Para o efeito remeto a quantia de ..... \$.....

em cheque ..... n.º ..... sobre ..... (Banco ou estação do correio)

em vale do correio

Data: / /

(Assinatura)

ELEVA O TEU NÍVEL POLÍTICO E IDEOLÓGICO LENDO

O COMBATE IDEOLÓGICO TAMBÉM SE TRAVA COM LIVROS

# 18 DE JANEIRO DE 1934: DATA GLORIOSA PARA A CLASSE OPERÁRIA E PARA O POVO

**18 de Janeiro de 1934: o proletariado escrevia, pelas suas próprias mãos, mais uma brilhante página da história do movimento operário português. 42 anos depois, saibamos extrair e adaptar as lições que nos foram deixadas pela valente classe operária da Marinha Grande e, com elas, em novas condições e com outros meios, marchar rumo à vitória**

Quarenta e dois anos depois, evocar a gloriosa jornada de 18 de Janeiro de 1934 é saudar o heróico proletariado português e a sua luta firme e decidida pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo. Evocar o 18 de Janeiro de 1934 é vincar o papel dirigente da classe operária na luta por transformações radicais e profundas da sociedade. Mas é também o papel dirigente desempenhado pelo Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras na luta pelo socialismo e pelo comunismo, que com nitidez aparece nessa, como noutras jornadas gloriosas do nosso Povo.

«Na noite de 17 para 18 de Janeiro, por volta das 3 horas e segundo um plano estabelecido, (num barracão junto à casa de um camarada operário, em Casal Galego),

fez-se a concentração dos operários componentes das brigadas e muitos outros assim como das armas, munições e ferramentas necessárias ao cumprimento do plano. Daqui, sob a direcção dum responsável, que levava uma braçadeira encarnada no braço, saíram 5 brigadas, de 5 operários cada, para o assalto ao posto da GNR, dirigida por António Guerra; para o assalto ao edifício dos correios, 2 para a interrupção da via férrea e várias outras para cortar as árvores que obstruíam as estradas que ligam a Marinha a Leiria, Pataias e Vieira de Leiria. Outras brigadas saíram igualmente para cortar as linhas telefónicas. No assalto ao posto da GNR as brigadas eram abastecidas de munições por jovens operários para esta tarefa». Eis como o saudoso camarada José Gregório (Alberto) descreve as primeiras horas

do 18 de Janeiro na Marinha Grande, num trabalho datado de 1955 e intitulado «Sobre a Associação e o Movimento do Operariado Viadense».

## A POLÍTICA DE UNIDADE — UMA CONSTANTE DO PCP

Em 1933, o governo de traição nacional de Salazar decretava a fascização dos sindicatos, com a criação do famigerado Estatuto do Trabalho Nacional. A classe operária e as massas trabalhadoras do País, não podendo aceitar mais esta medida repressiva que sobre si se abatia, desencadeiam uma poderosa jornada de luta, a nível nacional, para o dia 18 de Janeiro de 1934. O Partido Comunista Português, nessa hora, tomava a cabeça da luta dos trabalhadores

contra mais esta medida repressiva.

Desenvolvendo grande actividade, os comunistas portugueses souberam aliar a si todos os trabalhadores, criando uma frente sindical única englobando as centrais sindicais de tendência comunista, anarquista e reformista.



José Gregório

Foi criado um Comité da Frente Única, que marcou o dia 18 de Janeiro para a realização de uma grande jornada de protesto, a nível nacional, contra os decretos fascistas. Na data marcada, grandes acções de massas foram organizadas em Lisboa, Barreiro, Algarve e outros pontos do país, com o recurso à greve geral e outras demonstrações públicas.

## DA GREVE À INSURREIÇÃO

Foi, no entanto, na Marinha Grande, que o proletariado português, armado dum elevado espírito de luta e de classe, melhor expressou pela sua acção o sentimento de revolta contra a camarilha militar-fascista e escreveu uma das mais brilhantes páginas de luta do nosso povo rumo à sua libertação.

A classe operária da Marinha Grande passava da greve geral à tentativa de insurreição. Rápida e eficientemente, os pontos estratégicos da vila eram tomados pelas brigadas armadas de operários.

O camarada José Gregório descreve no seu livro, esses inesquecíveis momentos: «Os vivos repetiam-se e os seus ecos atrovavam como em dias de grande festa popular. Deram-se vivas à classe operária, ao povo, à Marinha Grande, aos trabalhadores que por todo o país estavam lutando e cumprindo também a sua honrosa missão! Deram-se vivas ao Sindicato, ao Partido Comunista Português, à URSS e à Internacional Comunista! Misturados com «morras» e «abaixo o governo e a polícia», gritava-se: «Vamos abrir o Sindicato! Corramos todos para o nosso Sindicato! Vamos nomear o Soviete! Vamos organizar a recolha de abastecimentos para distribuir! Reforcemos a defesa da nossa terra!».

Proseguindo, o camarada José Gregório descreve a repercussão dos acontecimentos nas terras vizinhas: «Na noite de 18 de Janeiro o tiroeio e a execução de todo um plano estabelecido despertou a vila e todos os seus arredores. Da Marinha, do Engenho, da Ordem, da Embra, Picassinhos, Amieirinha, Casal Galego, Trutas, etc., acorriam pessoas. Foram homens, foram mulheres e foram jovens que acorreram e se dispuseram a participar no movimento. Neles não havia medo mas somente alegria e manifestação por quem tinha organizado e levado a cabo o que acabavam de verificar. Toda essa gente trabalhadora participou nos vivas e na alegria indescrevível que reinou na noite do 18 de Janeiro, especialmente depois do assalto ao posto e da rendição da GNR. Não havia uma censura, não se notava uma reprovação porque todos eram conhecidos, todos tinham sofrido e lutado ombro com ombro anteriormente. Ali estava reunida boa parte da família vidreira, na esperança de que desde então tudo iria melhorar para os trabalhadores. Por isso há vivas, há lágrimas nos olhos, há abraços. Estas lágrimas não são de sofrimento, não são de dor resultantes da exploração e dos atropelos. E assim batem as sete da manhã, começando os carreiros de operários para a vila em direcção às fábricas e tudo corre a abrir o Sindicato».

## OS ERROS COMETIDOS

Jornada heróica da classe operária, o 18 de Janeiro de 1934 revelou, no entanto, certos erros no seio do movimento operário. É ainda o camarada José Gregório que, no seu trabalho, extrai algumas lições do movimento: «O caminho a seguir na altura em que foi desencadeado o 18 de Janeiro era a mobilização e movimen-

# JOSÉ GREGÓRIO UM GRANDE CAMARADA

José Gregório começou a sentir na própria carne a dureza da vida quando ainda era criança. Filho de operários, nasceu na Marinha Grande em 19 de Março de 1908 e começou a trabalhar na fábrica com cerca de seis anos.

A dureza do trabalho e a exploração patronal cedo lhe deram a consciência de que só pela luta a classe operária podia conquistar uma vida digna e liberta da opressão.

Aos 14 anos, já José Gregório encabeçava uma greve de jovens operários da Companhia Industrial Portuguesa. Na grande crise económica de 1929-33, trabalhando na construção de estradas no pinhal de Leiria, dirigiu com o camarada António Guerra uma greve aí desencadeada. Mais tarde organizou a greve de 200 operários da fábrica dos Rolões que viria a prolongar-se por 9 meses. Teve importante papel nas lutas da classe operária vidreira que se alargaram a todas as empresas de vidro do país, no período de 1931-34.

José Gregório, como responsável do Partido, dirigiu na Marinha Grande, com outros camaradas, a greve política de 18 de Janeiro de 1934, que ficou como um marco da luta do proletariado português contra a opressão e pela liberdade.

Após esta grande jornada José Gregório, por decisão do Partido, em cujas fileiras ingressara em 1933, foi para Espanha, onde foi preso. Uma vez libertado seguiu para a União Soviética onde participou num curso político. Em 1938 regressou ao país. Preso nesse mesmo ano foi barbaramente torturado pela PIDE. Selvaticamente espancado durante dias consecutivos, José Gregório recusou sempre dizer fosse o que fosse.

Em 1940 foi libertado e logo voltou a ocupar o seu lugar nas fileiras do Partido. Lutando então já na clandestinidade foi incumbido da montagem duma tipografia do «Avante!». Participou activamente na reorganização do Partido.

Pelo seu esforço e dedicação à luta, em 1943 foi chamado a realizar tarefas da maior responsabilidade dentro do Partido. Por essa altura, fez parte do Secretariado com os camaradas Álvaro Cunhal e Manuel Guedes. A esta tarefa, como a todas que o Partido lhe distribuía, deu sempre o melhor do seu esforço e capacidade.

Participou também activamente nos III, IV e V Congressos do Partido. A vida de trabalho duro, os anos de luta e de cadeia, os muitos anos de clandestinidade com todas as suas consequências, o regime de terror e repressão como o que então se vivia, encurtaram os seus anos de vida.

Em Praga, onde viveu os últimos anos, veio a morrer em Maio de 1961. José Gregório, pelas suas qualidades excepcionais de dirigente operário, pela sua bondade e modéstia, forjou com os camaradas que o conheceram e com ele trabalharam verdadeiros laços de amizade e camaradagem que perduram ao longo dos anos.

José Gregório foi um digno filho da classe operária portuguesa. Que o seu exemplo de abnegação e fidelidade à causa do proletariado seja seguido por todos os militantes do Partido.

JOAQUIM GOMES

Membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP

tação dos trabalhadores junto das autoridades contra a lei da fascização dos sindicatos em geral e pela abertura do seu sindicato em particular. O que se impunha era levar a classe operária à luta pela defesa das regalias alcançadas, por melhor salário e contra a repressão que vinha sendo desencadeada contra si e em especial contra os operários que se destacavam na luta. Preparou-se os operários só para a luta armada, não se considerou a greve nem a luta de massas. Assim se explica ter sido apenas uma infima minoria da classe que participou no movimento, o que tornou mais fácil a repressão».

E, mais adiante: «Isto era possível se por todo o país, e particularmente na Marinha, se não tivesse criado a convicção entre os comunistas e outros militantes destacados da classe operária de que o único caminho que se

apresentava era somente o da insurreição, o da implantação do regime soviético, como se então já existissem as condições necessárias para levar a cabo a implantação da ditadura do proletariado. Tudo isto revelou bem o pouco amadurecimento político do Partido em geral, a penetração no seu seio de elementos e de ideias anarquistas e putchistas de se muito mais tarde se limpou».

«Ao elaborar o plano de acção para o 18 de Janeiro, o Partido e o Comité Revolucionário deixaram-se levar pela ideia feita de que a vitória era certa, que o fascismo seria derrubado sucedendo-lhe um regime de tipo proletário. Partindo-se deste princípio não se considerou a necessidade de encare uma retirada, de modo ordenado. Esta orientação errada, de nem sequer admitir vezes parciais, deu

como resultado terem sido surpreendidos pelo inimigo, o qual atacando com o máximo da sua força, provocou uma retirada desordenada, sem quaisquer possibilidades de resistência momentânea, infligindo-nos, por outro lado, um maior número de prisões» — salienta ainda o camarada.

Quarenta e dois anos após o 18 de Janeiro sabemos manter bem viva a combatividade, a dedicação, a firmeza, a coragem e o espírito de unidade dos heróicos operários da Marinha Grande. Mas sabemos, igualmente, aprender com os erros então cometidos. A vitória só é certa se a luta continuar, sempre adaptada às condições do momento. As tarefas da hora presente exigem a ampla unidade de todos os trabalhadores, de todos os portugueses honrados que estão dispostos a enfrentar a ameaça fascista.



## CARLOS BRITO NA «VOZ DO OPERÁRIO»

**A actual situação política e a posição do nosso Partido foram os temas em que se centrou a sessão de esclarecimento a que esteve presente o camarada Carlos Brito, e que se caracterizou por uma grande participação dos presentes**

A Direcção da 1.ª Zona do nosso Partido levou a efeito no passado dia 9, pelas 21,30 na sala de A Voz do Operário uma sessão de esclarecimento a qual esteve presente o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central.

Após a divulgação por parte dos outros camaradas na mesa, Luciano Falé e Adolfo Ramos, das realizações que a 1.ª Zona vai efectuar, nomeadamente uma excursão à Marinha Grande por ocasião das comemorações do 18 de Janeiro e um comício de esclarecimento no Teatro Adóque marcado para o dia 24 deste mês, o camarada Carlos Brito iniciou a sessão dirigindo as saudações do CC às centenas de populares que aclamavam de punho erguido o Partido Comunista Português.

Uma análise da situação política actual e as propostas que o nosso Partido aponta como necessárias para a construção de um regime político que sirva melhor os interesses da classe operária e do povo trabalhador, constituíram os temas fundamentais abordados ao longo desta sessão.

«A consolidação e o alargamento das liberdades — começou por afirmar o camarada Carlos Brito — a par de transformações profundas da sociedade continuam a ser, nesta fase do processo democrático, as lutas em torno das quais se devem unir todos os portugueses que, conscientes da importância vital que elas representam para a construção da democracia e do socialismo, se têm empenhado nos sindicatos, nas escolas, nos bairros, nos postos de trabalho e em todos os sectores da vida nacional, na defesa da Revolução, e do movimento popular.

«Durante o ano de 1975 — prosseguiu — foram alcançadas pelos trabalhadores algumas conquistas fundamentais: as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, que devido à profundidade e importância que desempenham na edificação do regime socialista foram imediatamente contestadas e até boicotadas pelas forças da direita.

condições para que sejam garantidas estas importantes e justas regalias agora nas mãos dos trabalhadores. Há que lutar», — salientou o camarada Carlos Brito, que mais adiante, numa apreciação detalhada sobre a limitação definida pelo VI Governo Provisório em relação à Reforma Agrária, recordaria ainda que o nosso Partido sempre defendeu dois processos para a Reforma Social nos campos: a distribuição das terras no Sul e o cooperativismo no Norte, adaptado às condições locais.

Seguidamente, ao referir-se aos últimos acontecimentos militares, considerou que o fim do binómio POVO-MFA e o completo afastamento das relações na prática entre as populações e as Forças Armadas, estão incluídas nas intenções das forças reaccionárias que, calunhando o movimento operário e popular, dividindo as FA e incentivando acções provocatórias contra militares, tentam arrastar o nosso País para o fascismo e para a ditadura.

«A rotura, extremamente procurada pela direita, no seio das Forças Armadas dividiu homens que, em aspectos fundamentais se encontram muito próximos» — afirmou o camarada Carlos Brito que, na continuação da sua análise, atentamente seguida pelos presentes, frisou a importância básica da actividade unitária em prol da defesa e prosseguimento do processo democrático a caminho do socialismo, dizendo:

«Devemos nós, movimento operário e movimento popular, tornar ainda possível a unificação e esse deverá ser o objectivo principal».

## O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Acerca da recente subida de preços, o camarada Carlos Brito, disse, com ironia, que dentro do VI Governo Provisório «parece que ninguém tem nada a ver com isto». As acções dos ministros do Comércio Interno e das Fi-

nanças (Magalhães Mota e Salgado Zenha), completamente desorganizadas e afastadas dos interesses populares se continuam a fazer recair sobre as classes trabalhadoras o peso dos aumentos e a diminuir o poder de compra dos que, tal como no fascismo, continuam a sofrer as consequências de uma política antidemocrática e antioperária.

«Aqueles que ainda devem muito ao povo português é que têm de ser sujeitos às medidas de austeridade», afirmou o camarada do CC, apontando logo a seguir a política preconizada pelo nosso Partido, segundo a qual devem ser exigidos maiores impostos sobre os latos, os carros de grande cilindrada, as piscinas, as avionetas e outros componentes do luxo burguês. No entanto, o PS e o PPD não deram qualquer aval a estas medidas, considerando-as assustadoras para a burguesia portuguesa.

No respeitante à imprensa estatuizada e às transformações que surgiram após o 25 de Novembro nos órgãos de comunicação social, o camarada Carlos Brito referiu-se às acções das forças da direita que levaram ao saneamento na RTP, EN e RCP de trabalhadores plenamente integrados no processo revolucionário. Funcionários que já tinham dado provas da sua aptidão profissional, são saneados sem quaisquer motivos. O «pluralismo, a abertura e a liberdade», transformam-se em ditadura e perseguição.

«Ao delinear a actividade dos órgãos de informação, antes do 25 de Novembro, o camarada Carlos Brito considerou que a acção das comissões de trabalhadores e a forma como o trabalho estava a ser efectuado, evidenciaram imediatamente os propósitos de um trabalho virado para as massas, na divulgação dos seus problemas e da sua actuação.

Durante esta fase, afirmou, registaram-se alguns erros, mesmo por parte de um ou outro trabalhador ligado ao PCP; no entanto, a prática de medidas contra a ordem democrática no interior desses órgãos de informação ou a perse-

guição ideológica, nunca aí tiveram cabimento.

Com a viragem à direita e o consequente controlo dos órgãos de comunicação social por parte de elementos ligados à contra-revolução, a imprensa e a Rádio começaram a fornecer noticiários desprovidos de qualquer interesse, onde sobressaia o tom monodirigido e o completo desengajamento com a actividade popular.

«Parece que se quer esconder ou abalar o que se passa neste país», concluiu o camarada Carlos Brito.

No respeitante às eleições, foi apontada a posição que o nosso Partido sempre tomou. Eleições livres só são possíveis quando estiver criado em todo o território nacional o exercício das liberdades democráticas.

Localidades como os Açores e a Madeira e algumas regiões das zonas Norte e Centro, onde a acção conjunta de militares reaccionários, de forças da contra-revolução e de partidos reaccionários, fomenta a perseguição a comunistas não são, neste momento, locais que possam assegurar a actividade eleitoral em moldes democráticos.

Quando a coacção reaccionária deixar de existir em Portugal, então as eleições serão livres e o nosso Partido, como barreira antifascista e vanguarda dos trabalhadores portugueses, saberá travar mais essa batalha. Largas massas do povo votarão no PCP, organização de esquerda empenhada no avanço da democracia e do socialismo.

Após a extensa análise política, o camarada Carlos Brito respondeu, ainda, a uma série de perguntas formuladas por alguns assistentes sobre questões de actualidade.

As manifestações marcadas para o dia 16 e 17 e o carácter divisionista da primeira, assuntos ligados ao movimento em Portugal, a permanência do PCP no VI Governo Provisório e o problema dos retornados, foram os tópicos desenvolvidos na sequência das perguntas colocadas ao camarada Carlos Brito.

## FESTIVAL AMADOR DE CANTO LIVRE

**A União da Juventude Comunista promoveu o 1.º Festival Amador de Canto Livre da Zona oriental de Lisboa. Se a canção é efectivamente uma arma, importa que ela esteja em boas mãos**

Promovido pela organização da zona oriental de Lisboa da União da Juventude Comunista, realizou-se no passado sábado, na Sociedade Voz do Operário, o 1.º Festival Amador de Canto Livre daquela zona.

Fomentar e desenvolver a iniciativa criadora e as potencialidades dos jovens no campo da música; aprender a utilizar a canção como forma de intervenção política; ganhar a juventude, enfim, para formas de convivência cada vez mais participativas — são objectivos que a UJC se propõe com iniciativas deste tipo e cujos resultados práticos começam já a produzir os seus frutos.

Com efeito, a este 1.º Festival da zona oriental de Lisboa, que se seguiu a outro do mesmo género realizado em S.ª Iria da Azóia, vários se seguirão nos diversos concelhos do distrito, culminando com a realização, a breve prazo, de um grandioso Festival distrital.

Ao Festival da zona oriental concorreram dez canções inéditas, todas elas da autoria de elementos bastante jovens. O tema geral das canções versava a actual situação política, sendo de salientar o tom de alerta para os grandes perigos que ameaçam a Revolução Portuguesa e ao mesmo tempo a nota de confiança no futuro vitorioso.

A juventude confia no futuro foi lema deste Festival, em que participaram

com entusiasmo cerca de duas mil pessoas, na sua maioria jovens, servindo de «claque» às canções favoritas, aplaudindo com calor todos os concorrentes, participando activamente no espectáculo.

O júri que apreciou as canções concorrentes era composto pelos camaradas José Jorge Letria, José Manuel Osório, Mário Castrim, Ary dos Santos, Fernando Tordo e António Domingues, sendo a assistência técnica assegurada pelo camarada Luís Cília. Após a apresentação das canções seguiu-se um breve intervalo para o júri deliberar, votando-se depois à votação, e entrega de prémios.

A canção vencedora, «A Frota da Revolução», é um verdadeiro apelo à unidade das massas trabalhadoras com os filhos do povo fardados e um hino de confiança no futuro.

A última parte do espectáculo foi preenchida com poemas e canções revolucionárias, desta vez interpretadas pelos camaradas artistas que fizeram parte do júri.

Já a noite ia alta quando as últimas canções ecoaram nas velhas paredes da Voz do Operário. Canções de luta e resistência, canções de alegria e confiança no futuro. O futuro que pertence a esta juventude cada vez mais consciente do seu papel na sociedade, que se organiza e avança, transformada em força imprescindível deste processo revolucionário que já não

voltará atrás e que nos levará inevitavelmente ao socialismo.

## «CANTO LIVRE» EM ALMADA

A necessidade da existência de um grupo musical que animasse as festas do Partido há muito que era sentida pelos camaradas de Almada. Com a realização da primeira Feira Popular de Almada, em Junho de 1975, essa necessidade aumentou e a iniciativa surgiu: um grupo de estudantes comunistas organiza-se e forma-se «Canto Livre».

«Canto Livre» alargou-se rapidamente, passando a englobar não só membros da UEC mas também um grupo de cantares alentejanos, composto por operários de várias empresas, e um grupo de Pioneiros.

Para a subsistência económica do grupo — compra de instrumentos musicais, deslocações, etc. — tem-se recorrido à venda de colantes, mas as dificuldades a vencer continuam a ser bastantes. A ajuda material, bem como em poemas, músicas, ideias, é um apelo que «Canto Livre» faz a todos os que com ele queiram colaborar.

Aberto à participação de todos, independentemente das ideologias políticas ou religiosas, «Canto Livre» é sobretudo uma iniciativa em expansão, um primeiro passo para a criação de outros grupos que saibam utilizar a arma da canção na defesa da Revolução.

# OCTÁVIO PATO E ANTÓNIO GERVÁSIO NUMA SESSÃO EM PORTALEGRE

**A defesa das conquistas da Revolução, nomeadamente a Reforma Agrária, foi o principal tema da sessão de esclarecimento do nosso Partido realizada em Portalegre**

Os camaradas Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, estiveram no passado sábado em Portalegre onde, na presença de elevado número de pessoas, presidiram a uma sessão de esclarecimento do Partido Comunista Português, realizada no Anexo do Liceu daquela cidade.

Após terem sido apresentados à assistência os intervenientes, o camarada Filipe

Jorge, da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, numa pequena introdução, focou os principais aspectos da situação política, desde o início da crise até ao momento actual.

Já no período das perguntas e respostas, o camarada Octávio Pato, a determinada altura, salientou o facto de o nosso Partido se encontrar representado no Governo, o que é uma prova de que a direita não tem tanta força como parece, embora continue a existir,

conforme salientou aquele nosso camarada da direcção do Partido, o perigo real do fascismo.

Por sua vez, o camarada António Gervásio, referindo-se à Reforma Agrária, salientou que nunca o Alentejo produziu tanto como vai produzir este ano, apresentando alguns números relativos à produção de 1974 e que mostram bem o trabalho que está a ser desenvolvido nos campos do sul pelos trabalhadores agrícolas e pelos pequenos agri-

cultores, que lançam as bases da futura agricultura socialista em Portugal.

No diálogo estabelecido entre a mesa e a assistência foram desmascaradas manobras reacçãoárias que visam lançar os operários agrícolas contra a Reforma Agrária. Foi referido o facto de alguns grandes agrários estarem a pagar salários que em muito excedem o fixado no contrato colectivo de trabalho com o objectivo de criar a insatisfação junto dos trabalhadores das unidades cooperativas de produção.

# RELAÇÕES COMERCIAIS COM A URSS VANTAGENS MÚTUAS E EQUILIBRADAS

Decorreram durante perto de uma semana, em Lisboa, terminando com a assinatura de um protocolo, as conversações respeitantes às primeiras sessões de trabalho da Comissão Mista Luso-Soviética de Economia, criada pelo artigo 17.º do Acordo de Comércio entre os governos de Portugal e da URSS, assinado em 19 de Dezembro do ano findo em Moscovo. O camarada Alexei Manjoulo, vice-ministro do Comércio Externo da União Soviética, que presidiu às negociações por parte do seu país, declarou à imprensa:

«Colhi as melhores impressões possíveis, em especial quanto à Lisnave. Trata-se de um moderno estaleiro, bem organizado, pelo que foi com grande prazer que vi, como ali decorre o trabalho. Sente-se grande entusiasmo. Também visitei a Mundet e uma herdade de cortiça. Foi igualmente um grande prazer observar como está organizado o trabalho e como se trabalha com muito entusiasmo naquela empresa.»

## AUMENTO E DIVERSIFICAÇÃO

No final das conversações da Comissão Mista, foi assinado um protocolo divulgado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses. As partes manifestam satisfação pelos acordos concluídos e consideram que aumentaram consideravelmente as trocas entre os dois países, que dispõem agora de relações comerciais estabelecidas num clima de amizade e cooperação.

Entretanto, todos os esforços serão desenvolvidos pelas partes contratantes, dentro dos princípios das trocas mutuamente vantajosas, de forma harmónica e razoavelmente equilibrada, para

que aumentem e se diversifiquem as trocas comerciais entre os dois países.

As exportações portuguesas para a União Soviética, segundo o desejo manifestado pela delegação portuguesa, que era presidida pelo secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Barreto, serão aumentadas e diversificadas. Para o efeito, foi entregue à delegação da URSS uma lista dos produtos portugueses a exportar, que será apreciada pelos organismos soviéticos competentes. A parte soviética entregou, por sua vez, uma lista semelhante. Segundo o comunicado conjunto, ambas as listas de mercadorias exportáveis têm «carácter indicativo e não limitativo».

Portugal propôs a realização na URSS, na primeira metade de 1976, de um simpósio técnico-económico sobre as novas aplicações da cortiça e produtos da cortiça, para a exportação dos quais estão já concluídos contratos a cumprir no ano em curso, no que respeita a colofónia, cortiça em prancha, em bruto e derivados.

## VÁRIOS SECTORES DE ACTIVIDADE

O documento final das conversações inclui, por outro lado, uma referência ao «progresso alcançado nas negociações para a conclusão do contrato para a construção em Portugal de seis barcos tipo rio/mar com destino à URSS». O secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Barreto, designa este contrato como «praticamente em vésperas de ser assinado». A transacção envolve um valor próximo dos 800 mil contos. Entretanto, está já

concluído um contrato para a construção no nosso país de uma ponte rolante de 250 toneladas e de duas gruas de 160 toneladas cada uma.

Portugal passará a exportar também, já no próximo ano em curso e em melhores condições, designadamente no que respeita a quantidades, conservas de peixe, concentrado de tomate, vinhos (incluindo o do Porto) resina, amêndoa, têxteis, confecções, calçado, equipamento eléctrico e maquinaria pesada e naval. E «há todas as possibilidades para se aumentar este ano, talvez para o dobro, o intercâmbio já existente, anunciou o camarada Alexei Manjoulo.

A delegação portuguesa manifestava, entretanto, o desejo de exportar para a União Soviética fios, cabos e cordões, redes para pesca, alcatifas, alguns materiais de construção (azulejos e material sanitário), fios e cabos eléctricos.

A URSS manifesta, por sua vez, interesse em aumentar a exportação de máquinas e equipamento para o nosso país. Além disso, será estudada a possibilidade de aprofundar a cooperação no domínio da indústria naval, incluindo a reparação de navios soviéticos em estaleiros portugueses.

Outros produtos há ainda susceptíveis de exportação para a URSS, como sejam, no campo do equipamento eléctrico: transformadores, motores para utilização industrial, subestações de transformação completa, bombas centrífugas de água e ventiladores industriais, bem como moldes para matérias plásticas e matrizes de ferrite para equipamento electrónico.

A delegação portuguesa informou, entretanto, que o nosso país apresentará, por via diplomática, até final do

próximo mês de Março, um projecto de acordo sobre a protecção das denominações originais dos produtos que são objecto de comércio entre ambos os países.

## «OS MAIORES ÊXITOS»

A partida de Lisboa, o camarada Alexei Manjoulo, além das referências ao trabalho na Lisnave e noutras empresas que visitou, disse que «as nossas relações entraram agora numa fase intensiva, pelo que vamos ter, permanentemente, troca de missões oficiais e também de dirigentes de empresas e de homens de negócios».

Numa saudação, o camarada vice-ministro desejou de todo o coração ao povo português os maiores êxitos na construção da democracia rumo ao socialismo. Segundo o protocolo das negociações, a segunda sessão da Comissão Mista Luso-Soviética de Economia decorrerá em Moscovo, no último trimestre do ano em curso.

Presente no aeroporto à despedida do ministro soviético, dr. António Barreto também falou aos jornalistas. Sobre o problema do desequilíbrio na balança comercial entre os dois países, que tem sido pretexto para as habituais especulações e calúnias anti-soviéticas, o secretário de Estado do Comércio Externo foi muito claro ao acentuar:

«Os soviéticos já declararam formalmente que viam grandes vantagens no equilíbrio das trocas entre os dois países. A verdade é que um tal equilíbrio depende muito de nós, da qualidade do nosso trabalho, da capacidade de cumprir os compromissos que assumimos, tanto as empresas como os organismos do Estado.



# ASSEMBLEIA DO PCP EM SINES

**A primeira Assembleia do PCP em Sines elegeu a nova Comissão Concelhia e debateu os principais assuntos referentes aos trabalhadores naquela vila**

Destinada a eleger a nova Comissão Concelhia do PCP e a analisar a actividade do Partido nos últimos tempos, realizou-se no domingo passado, em Sines, a primeira Assembleia do nosso Partido naquela vila.

Com a presença do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP e de numerosos militantes comunistas do concelho, além de representantes de outras comissões concelhias e organizações democráticas convidadas, a assembleia começou pela leitura da informação da Comissão Concelhia à Assembleia, pelo camarada Berardo Silva, que enunciou o porquê da realização da assembleia, resumindo depois as actividades do PCP em Sines. Frisando mais adiante que o saldo da actividade é, apesar de alguns erros cometidos, positivo, apontou, depois, as tarefas prioritárias no trabalho a desenvolver.

Seguiram-se intervenções de diversos camaradas que focaram os sectores principais da vida social, económica e política de Sines.

Falando em nome das mulheres comunistas, Maria da Conceição Teixeira salientou que «as mulheres devem ser encorajadas a falar, a exprimir a sua opinião, a participar em organismos», para que a mulher faça parte activa da sociedade e não esteja limitada ao regime de opressão que tem caracterizado desde sempre a sua situação.

Abordando o problema sindical, o camarada Félix fez uma retrospectiva das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e regalias políticas, destacando o papel da Intersindical, que se manteve sempre activa mesmo durante o período do fascismo. Analisou a seguir o grande afluxo de trabalhadores a Sines, apontando para a necessidade de estruturas sindicais fortes de molde a defenderem os interesses de todos aqueles que estão subordinados à exploração do capital.

Também o camarada Espadinha, falando em nome do organismo dos pescadores, recordou as grandes lutas da sua classe e acrescentou que outras lutas é preciso travar e vencer, nomeadamente no que diz respeito à melhoria de vida, reforma e assistência médica, bem como a criação de sistemas de frio, e ainda a formação de cooperativas.

Os camaradas Pascoal e Palma Fonseca referiram-se, respectivamente, às questões relativas à Informação e Propaganda e Fundos do nosso Partido. Usou também da palavra o camarada José Pacheco, que falou em nome do sector do campo, destacando a exploração de que os camponeses foram vítimas por parte do Gabinete da Área de Sines.

O camarada Coelho, da célula da Condote, e o camarada Pêdaço, do sector metalúrgico da CCPA, falaram sobre os respec-

tivos organismos. Por seu turno, a camarada Edite abordou na sua intervenção as estruturas populares, salientando a importância que estes organismos da vontade popular têm na defesa dos interesses da população, na dinamização das massas e no processo revolucionário.

O camarada Américo Leal, que encerrou as intervenções, abordou a actividade do Partido Comunista a nível do distrito, salientando as vitórias que têm sido alcançadas no sentido de favorecerem as classes trabalhadoras.

A votação que decorreu a seguir elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por elementos indi-

cados pelas diferentes células e organismos do nosso Partido naquela vila. Entretanto, noutras localidades do distrito decorreram nesse mesmo dia várias assembleias para eleição das Comissões de Freguesia do PCP.

Em Sines, durante a parte de tarde, decorreu uma sessão de convívio no Instituto de Obras Sociais, promovida pelo Partido Comunista, em que participaram o grupo de teatro da UJC de Setúbal, o fadista Fernando Farinha e ainda um conjunto de baile de Sarilhos Grandes que animou a festa até tarde, a qual contava com a presença de grande parte da população de Sines.

Assembleia do PCP em Sines elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por elementos indi-

# ADVERTÊNCIA DO PCP CONTRA PROVOCAÇÕES

1. Para o Centro de Trabalho do PCP, na Avenida António Serpa, em Lisboa, foi feita na manhã do dia de hoje, 8 de Janeiro, uma estranha comunicação telefónica. Pessoa não identificada leu uma «mensagem» de um apelidado «Esquadrão Vermelho», segundo a qual este teria começado uma actividade terrorista «com o objectivo de abater a tiro todos os elementos da ex-pide-DGS que sejam postos em liberdade sem que a justiça burguesa lhes aplique o severo castigo pelos crimes que cometeram».

2. Os assuntos da referida «mensagem» justificam que se pergunte se estamos diante de uma graça de mau gosto, ou da montagem de uma provocação explorando os sentimentos de perplexidade e descontentamento do povo português ante a benevolência com que têm sido tratados os membros da sinistra Pide-DGS. Dois factos significativos chamam a nossa atenção: o primeiro é o de se anunciarem actos terroristas precisamente num momento de particular tensão e perigo da vida nacional, em que qualquer provocação poderá dar lugar a incidentes prejudiciais para todas as forças verdadeiramente empenhadas na grande tarefa da defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução e da construção em Portugal de uma sociedade democrática. Outro facto significativo é a afirmação, estranha e suspeita, feita na «mensagem» de que estas iniciativas terroristas nada têm a ver com o PCP. Estranha porque o recurso a métodos de terrorismo, mesmo em nome da mais justa causa, não é nem nunca foi utilizado pelo PCP. Suspeita, a todos os títulos, porque a pretensa desresponsabilização do PCP, sendo uma mal dissimulada tentativa de associar o nome do PCP a actos de terrorismo, é, afinal, uma nova expressão da campanha anticomunista movida pelos inimigos do povo trabalhador, contra o Partido que mais consequente e inabalavelmente defende os seus interesses e aspirações e luta em defesa das liberdades.

3. O PCP alerta as massas populares contra quaisquer iniciativas provocatórias que possam vir a verificar-se e mais uma vez se pronuncia firmemente contra todas as formas de acção terrorista que, a concretizarem-se, fariam abertamente o jogo da reacção fascista. Se não se trata apenas de uma graça de mau gosto o citado «Esquadrão Vermelho» e outros grupos que eventualmente possam aparecer com semelhantes «programas» terão de se considerar como servindo a contra-revolução.

De qualquer forma, a provocação em palavras essa é uma realidade e por isso desde já a desmascaramos.

Secção de Informação e Propaganda do PCP

8 de Janeiro de 1976

# DELEGAÇÃO PORTUGUESA NA RDA

**Deslocou-se à RDA uma delegação portuguesa que, através de diálogos com os trabalhadores e com as organizações sociais neste país, pôde tomar amplo contacto com a realidade socialista**

Terminou a visita que durante uma semana a delegação portuguesa, chefiada por José Luís Matos, efectuou à República Democrática Alemã, a convite da Associação RDA - Portugal.

Na etapa actual da Revolução Portuguesa, a solidariedade dos Estados da comunidade socialista com as forças democráticas e progressistas de Portugal, tem-se manifestado intensamente.

O intercâmbio e o conhecimento de experiências, na edificação e na defesa das conquistas alcançadas pelos trabalhadores de todo o Mundo, constitui uma das formas de solidariedade.

Assim, também a visita de amizade da delegação portuguesa na RDA, durante a segunda semana de Dezembro, organizada pela Associação Portuguesa RDA, foi consagrada ao estudo e observação de experiências e realizações que têm caracterizado a vida da classe operária e do povo trabalhador daquele país socialista.

Durante a sua estadia, a delegação portuguesa teve muitas ocasiões para se familiarizar com a realidade do socialismo. Diálogos com os trabalhadores alemães, contactos com os militantes do

Partido Socialista Unificado Alemão e outros partidos e visitas a centros operários, sucederam-se durante as deslocações que os portugueses efectuaram, percorrendo as províncias de Rostock, Schwerin, Francfort (sobre o Oder), Dresden e Erfurt.

Em Weimar, cidade tradicional do período clássico alemão, os membros da comitiva portuguesa, foram recebidos por cerca de quatrocentos estudantes de artes num ambiente de grande amizade e confraternização. Jovens pioneiros (elementos da organização socialista unitária das crianças da RDA), convidaram os hóspedes portugueses para uma festa.

Depois de vários encontros com funcionários sindicais, um representante do Partido Democrático Camponês, afirmava, simbolizando os sentimentos gerais da população rural da RDA: «Alegramo-nos com a presença destes amigos portugueses entre nós. A amplitude do nosso país sente uma grande simpatia pelo vosso povo. Estamos certos que as forças progressistas esmagarão o fascismo em Portugal.»

Depois de seis dias de amplo contacto e estudo (dividido em

cinco grupos: Indústria, agricultura, educação, organização social e cultura), a delegação portuguesa avistou-se com Horst Brasch, membro do Comité Central do PSUA e primeiro vice-presidente da Liga para a Amizade de ambos os países, num colóquio de encerramento.

José Luís Matos, porta-voz da comitiva, afirmou: «Agradecemos calorosamente os dias maravilhosos que aqui passámos. Vimos tudo, e nada do que se passa no vosso país se esconde. Pudemos comparar os presos dos artigos à venda nos armazéns com os salários dos trabalhadores. Ninguém nos impediu de tirar fotografias. Constatámos que as populações estão muito solidárias entre si. Aqui o Socialismo já é realidade, ninguém é oprimido. O povo é verdadeiramente livre! Graças ao poder da classe operária, tudo isto é obra dos trabalhadores.»

O camarada Horst Brasch, após breves referências à deslocação dos portugueses ao seu país, salientou que a RDA «continuará a manter-se no futuro ao lado das forças democráticas de Portugal, ajudando-as por todos os meios ao seu alcance».

# PROVOCADORES ATACAM O CENTRO DO NOSSO PARTIDO NO MONTIJO

**A Comissão Concelhia do Montijo do PCP exige o castigo dos provocadores que a 2 de Janeiro provocaram graves distúrbios no Centro local do Partido**

Os provocadores que a PIDE recrutava para informações e denúncias pagas a algumas notas, continuam a pulular por vários pontos do país. E os que, hoje, lhes pagam não diferem muito dos antigos «patrões» da DGS... Ambos servem os interesses do fascismo: uns serviram a sobrevivência do regime fascista, outros servem a sua ressurreição.

Dois destes provocadores profissionais, bem conhecidos na vila, (não difere muito a composição desta camada social: trata-se, na generalidade, de marginais, experimentados em delitos comuns e todos eles fazendo parter de um exército de parasitas), no passado dia 2 de Janeiro, entraram no Centro de Trabalho do nosso Partido no Montijo, tendo comprado um «avante!» que logo incen-

diaram. Expulsos do Centro, um deles, regressou, pouco depois, empunhando uma espingarda caçadeira e ameaçando «dar cabo dos comunistas todos». Este provocador disparou em várias direcções, provocando estragos e só não atingindo os camaradas presentes porque estes se abrigaram.

A Comissão Concelhia do Montijo do nosso Partido alerta a população para esta manobra provocatória que se insere numa vasta campanha das forças contra-revolucionárias, e afirma: «Os comunistas, os trabalhadores e os progressistas repudiam este crime que se insere numa campanha de manobras reacçãoárias para impedir o exercício das liberdades dos cidadãos e atentar contra a ordem democrática e exigem justiça.»

# SOLIDARIEDADE COM AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS DO PARAGUAI

**A solidariedade para com a luta do povo paraguaio é um dever de todos os que aspiram por uma sociedade mais justa e se batem pelo fim da opressão e exploração**

Na sequência da violenta onda repressiva desencadeada pelo regime de Stroessner contra o movimento operário, popular e democrático do Paraguai, foi preso em Dezembro último o camarada Miguel Angel Soler, secretário do Comité Central do Partido Comunista daquele país.

A inexistência de qualquer informação oficial sobre a situação dos presos políticos no Paraguai tem vindo a criar um justificado alarme nos meios políticos democráticos, dado que tal situação constitui uma clara ameaça à segurança e à própria vida dos prisioneiros, muitos dos quais são submetidos às mais bárbaras torturas e a toda a

espécie de vexames, para os quais contribuiu largamente a participação directa da Secção Especial da CIA junto da polícia paraguaia.

Num comunicado emitido pelo Partido Comunista Paraguai, sobre os últimos acontecimentos naquele país em que se apela para a solidariedade internacional, salientando a sua importância para a luta do povo do Paraguai, afirma-se a dado passo:

Nas difíceis condições da nossa luta pela liberdade e independência do nosso país, lançamos um ardente apelo ao conjunto dos partidos que integram o movimento comunista internacional, aos movimentos de liber-

tação nacional, às organizações operárias e populares nacionais e internacionais, a todas as organizações democráticas e progressistas exortando-as a formar um vasto movimento que exija a libertação dos presos políticos mais antigos do continente e do camarada Miguel Angel Soler, conhecido e respeitado dirigente do nosso Partido.

Com a unidade de acção do nosso povo e a militante solidariedade internacional, será possível terminar com as torturas, preservar a vida e conseguir a liberdade de todos os presos políticos do nosso país.

## O MINISTRO DAS FINANÇAS NÃO É MARXISTA!...

O ministro Salgado Zenha fez no dia 8, através da RTP, uma longa rábula sobre a situação económico-financeira do País.

O estilo "conversa à lareira" muito terra-terra, assim tu-cá-tu-lá, pratica-se sempre com a intenção de ir direitinho ao coração dos simples. Sabe-se que uma das coisas que mais irrita os portugueses é o palavreado caro. "Troca lá isso em miúdos, ó pá!" — costuma-se atalhar o palrador empolado. O Senhor ministro das Finanças, não, falou claro e direitinho ao coração das pessoas. Até aquele pequeno detalhe final "Não me venham agora resmungar como no tempo de Salazar", traz o senhor ministro ali mesmo para o pé de nós. Quase se chega a sentir a sua paternalíssima tampona. O estilo é o homem...

Mas não é o estilo do senhor ministro das Finanças que nos vai roubar mais espaço. É, sim, o sentido e a substância da sua exposição.

É fora de dúvida que o PS já começou a sua campanha eleitoral. Através dos seus homens de Estado. Agora que se acabou com essa desavergonhada "manipulação partidária" dos órgãos de informação estatizados e se instituiu um democrático pluralismo informativo, é justo que os homens de Estado possam exprimir livremente as suas ideias. Naturalmente.

Dias antes já o senhor ministro das Finanças nos tinha mostrado como se podem aproveitar os actos públicos para denunciar os adversários políticos. Referimo-nos, estareis lembrados, àquele acto de posse do administrador residente do Banco de Portugal no Porto, que serviu ao senhor ministro para fazer o necrológio do PCP e passar as mãos p'lo pélo dos portuenses. Desta fez foi ainda mais explícito. Por duas vezes, no começo e no fim da sua rábula eleitoral, o ministro socialista das Finanças mostrou o jogo: "Dentro de poucos meses realizar-se-ão as eleições através das quais o povo português escolherá novamente o seu destino."

E no fim, "porque o Estado é do povo. E será o povo quem dentro de poucos meses irá escolher quem vai governar."

Agora o senhor ministro das Finanças veio encher-nos de optimis-

mo quanto à situação económica e financeira do País. Sim, agora que as donas de casa levam as mãos à cabeça com os aumentos doidos do custo de vida e que os trabalhadores vêm congelados os salários até fins de Fevereiro não há razão para alarmes pois vamos receber milhões do estrangeiro. Os patrões da CIP — que não foram inquietados com quaisquer agravamentos de impostos sobre os seus rendimentos — já se sentem à vontade, como os grandes agrários para reclamar as posições perdidas, para falarem dos seus planos... de recuperação do processo.

Enfim, como disse o senhor ministro, "Passámos na verdade maus bocados. Hoje em dia, porém a situação é diferente." "Há pouco tempo estávamos em apuros. Mas agora já não estamos."

Os "maus bocados" referem-se aos governos provisórios anteriores ao VI Governo. Já recentemente o Secretário geral do PS, dr. Mário Soares, numa entrevista a um jornalista estrangeiro tinha insinuado que os comunistas eram grandes culpados da crise económica. Desta vez o ministro Salgado Zenha, entre outras coisas, diz aue, "em consequência dos inúmeros erros praticados pela política aventureira e demagógica dos adeptos de Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho... se cravaram várias hipotecas sobre o nosso futuro".

Será interessante fazer qualquer dia o balanço das políticas dos diversos governos no que respeita à economia e às finanças. Por exemplo, quantos socialistas e quantos comunistas estiveram empenhados nas pastas de economia, que política económica defenderam dentro dos vários governos os ministros socialistas e comunistas, que peso real tiveram as opiniões de uns e de outros nas decisões tomadas. Os dirigentes socialistas ficariam um tanto aflitos porque nem com a lanterna de Diógenes encontrariam comunistas nas pastas de economia e finanças nos governos em que o PCP participou com o PS, ao passo que nelas abundavam socialistas abertos ou encapitados.

E quanto à política económica de uns e de outros seria interessante

ssimo pôr ao sol o escopo de classe do que os socialistas e os "minoritários" comunistas disseram e fizeram nos Governos.

No Chile, em certa fase da revolução, sob o governo de Allende, a CIA organizou a "desestabilização" da economia chilena. Nas empresas monopolistas, o aumento da capacidade do seu aparelho de produção e até a sua manutenção foram paralisados. Os monopolistas promoveram a sabotagem económica, organizaram a fuga de capitais e de divisas. Principalmente, os conspiradores da CIA promoveram em vasta escala a especulação, desvalorizando a moeda chilena e levando à prática, por esse meio, todo o tipo de pressões contra o Estado chileno.

Em Portugal, sabe-se como tudo isto foi metódicamente feito e como continua a fazer-se. É sintomático que o ministro Salgado Zenha ao enumerar no Porto as causas da crise em Portugal não tenha dito uma palavra sobre a sabotagem económica do grande capital e do imperialismo.

A "desestabilização" da economia portuguesa, facto fundamental da "desestabilização" política, têm-se revestido de formas próprias.

Ainda há dias o ministro socialista do Comércio Externo e Turismo, dr. Jorge Campinos, falava da necessidade de incrementar o turismo nacional. Justo. Mas quem afastou durante o ano passado das estâncias turísticas portuguesas milhares de estrangeiros que normalmente viriam ao nosso país passar as suas férias, espalhando lá fora o alarmismo da guerra civil?

Quem desencorajou abertamente no exterior quaisquer projectos de ajuda económica a Portugal para "desestabilizar" o trabalho governativo dos IV e V governos Provisórios?

Quem, a propósito daquela treta em que já hoje ninguém acredita do assalto dos comunistas ao jornal "República", abandonou o Governo provocando uma longa crise governamental que custou ao País centenas de milhares de contos?

Foram os dirigentes do PS, particularmente os mais destacados, e, no último caso, o PPD. São verdades irrefutáveis que nenhuma técnica eleitoral pode alterar.

O dr. Salgado Zenha aponta agora as panaceias de salvação da economia portuguesa: para a crise no sector do investimento — empr-

éstimos estrangeiros de 20 milhões de contos; para o abaixamento dos preços — importação maciça de produtos alimentares.

Um ministro responsável, sinceramente interessado na defesa da revolução portuguesa e das suas conquistas, dentro de uma perspectiva de classe diferente, falaria ao seu povo de outro modo.

Aliás, Vasco Vieira de Almeida, regressado da visita a Bruxelas para negociações com a CEE, põe o dedo na ferida: O auxílio financeiro só por si não poderá resolver os nossos problemas.

"A medida que o tempo passa se nós em Portugal não ganharmos a consciência de que a solução dos nossos problemas está efectivamente dentro de nós, aquilo que ainda hoje poderemos fazer com independência..." poderá, se nos atrasarmos, ser muito difícil.

Sim, pagaremos caro um auxílio estrangeiro que para efectivizar-se comporta submissões políticas. O dr. Zenha fala ainda de outras iniciativas muito confidenciais. "O segredo é a alma do negócio" — disse o senhor ministro (o dr. Sá Carneiro tem a mesma opinião relativamente a outros "negócios"...). Chama-se a isto para, empregar palavras suas, "cravar hipotecas sobre o nosso futuro".

A forma como o ministro das Finanças soube dos altos preços (pelas queixas da sua mulher) deixa-nos perplexos. Como conciliar isto com a afirmação que faz mais à frente de que na questão dos preços há "uma rede tão complicada que para se mexer num preço intervêm às vezes tantos que quase sempre é de fazer perder a cabeça".

Mas então que mãos "mexeram" agora na rede tão complicada dos preços?

Salgado Zenha faz uma confissão meritória: não é leninista e nem sequer se considera marxista. Assim está certo.

O dr. Mário Soares disse em Setembro do ano passado à "Gazeta Mercantil", de S. Paulo, que "foi um grave erro perder a confiança das multinacionais".

Estamos certos que com corajosas confissões como a do dr. Salgado Zenha a confiança das multinacionais voltará para bem dos senhores Melo, Champalimaud & C<sup>ª</sup>...

## COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DEBATIDA EM SETÚBAL

### Defender a produção das unidades colectivas de produção e dos pequenos e médios agricultores, assim como o consumidor menos abastado foram o tema de uma assembleia que decorreu em Setúbal

A comercialização dos produtos das unidades colectivas de produção e dos pequenos e médios agricultores foi objecto de uma assembleia que, no domingo passado, reuniu em Setúbal para debater a defesa dos interesses dos consumidores e dos produtores.

Na assembleia estiveram presentes representantes das unidades colectivas de produção e das ligas dos pequenos e médios agricultores do distrito de Setúbal e ainda representantes das cooperativas de consumo e das comissões de trabalhadores.

No decorrer dos debates foi-se firmando a ideia de que é necessário desenvolver as estruturas de associação dos produtores e dos consumidores para

uma mais correcta comercialização dos produtos de amplo consumo. Enquanto não se desenvolvem essas estruturas a assembleia considerou que importa constituir uma comissão distrital para a comercialização cujas funções seriam centralizar as informações dos produtos a escoar e dos produtos a colocar, bem como contribuir para desenvolver as estruturas organizativas dos consumidores e dos produtores.

Esta comissão, segundo resolução da assembleia, terá representantes das unidades colectivas de produção, das ligas de pequenos e médios agricultores, das cooperativas de consumo, das cantinas de trabalhadores, das comissões de trabalhadores dos super-

mercados e de outras organizações que apoiem a Reforma Agrária e os interesses dos trabalhadores.

Na mesma reunião foi aprovada uma moção a enviar ao Conselho da Revolução, Conselho de Ministros, e ministros do Comércio Interno e da Agricultura, a qual afirma:

« 1 — Atendendo às perspectivas de considerável desenvolvimento de produção de frutas e produtos hortícolas, produtos animais, de oleaginosas e de produtos florestais, mercê das iniciativas dos trabalhadores.

2 — Considerando que os departamentos oficiais de coordenação económica, tais como a Junta Nacional das Frutas, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários,

Instituto dos Produtos Florestais devem funcionar prioritariamente para resolver os problemas de escoamento da produção das unidades colectivas de produção e dos pequenos e médios agricultores;

3 — Considerando que se verifica a existência de graves problemas no escoamento desses produtores, com sérios prejuízos para os produtos e os consumidores;

Os presentes reclamam que os representantes qualificados das unidades colectivas de produção e dos pequenos e médios agricultores tenham assento na direcção dos referidos organismos com vista a assegurar o seu correcto funcionamento. »

## OS BANQUEIROS DE NOVO NOS BANCOS? O Ministério das Finanças tenciona devolver os bancos aos banqueiros, nomeando-os para comissões administrativas?

O camarada Avelino Gonçalves apresentou na Assembleia Constituinte o seguinte requerimento:

Considerando que a nacionalização da banca foi uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores;

Considerando que urge avançar na reestruturação da banca em termos de a colocar efectivamente ao serviço do povo;

Considerando que há planos de reestruturação já velhos de meses e cujo início de aplicação foi oportunamente previsto para o princípio deste ano;

Considerando que o mandato das comissões administrativas dos bancos, nomeadas em Março de 1975, a título provisório, por três meses, prazo depois prorrogado até 31 de Dezembro, já findou;

Considerando o conhecimento oficioso pelos trabalhadores bancários dos elementos que presumivelmente serão nomeados para gerir os bancos nacionalizados por um período de três anos, a partir de agora; ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis ao requerido, do Ministério das Finanças os seguintes esclarecimentos:

1 — É verdade que entre os elementos que o Ministério das Finanças se propõe agora

nomear para as comissões administrativas da banca se contam ex-administradores da banca capitalista, saneados dos bancos após a nacionalização?

2 — É verdade que entre os elementos que o Ministério das Finanças se propõe nomear se contam familiares de grandes banqueiros e monopolistas, nomeadamente de Jorge de Melo?

3 — É verdade que entre esses elementos se encontram homens que beneficiaram de créditos bancários para a especulação com títulos, que devem à banca por essa razão e que estão à espera de que sejam pagas pelo Estado, com dinheiro do povo, as indemnizações por nacionalizações, par depois liquidarem o seu débito à banca, guardando o seu lucro?

4 — É verdade que a nomeação vai ser feita por três anos? E se é verdade, quais são então as intenções ou propostas do Ministério das Finanças quanto à reestruturação da banca? Ou entende o Ministério que tal reestruturação não deve ser feita?

O Ministério das Finanças ainda não respondeu.

## O IMPERIALISMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO



edições Avante!

V. I. LENINE  
Coleção: Biblioteca do Marxismo-Leninismo  
Código: 13.03  
Preço: 30.00

Há pouco mais de meio século, em 1916, Lênine chegava à conclusão de que a passagem do capitalismo à dominação dos monopólios e da oligarquia financeira marcava uma viragem decisiva na história da formação capitalista, que o capitalismo ultrapassara o zénite do seu desenvolvimento e que abordara o estágio descendente, final da sua existência. Era chegado o tempo de o substituir por uma ordem económica e social mais progressista.

Mas o velho mundo não abandona a arena de bom grado. O imperialismo mobiliza todas as suas forças para defender os seus privilégios, para proteger uma ordem que teve a sua época. O imperialismo americano, o mais reaccionário de todos, é o que se colocou à testa destas forças. É ele o guardião universal que defende o velho mundo contra a revolução social por todos os meios de que dispõe: pela violência, pelos métodos da diplomacia, pela força da pressão económica, exercida para afixar os movimentos revolucionários sob a divisa da «liberdade» e da democracia.

Após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo americano despendeu, unicamente nos seus encargos militares, uma soma superior a um bilião de dólares. Com esta soma teria sido possível criar nos países subdesenvolvidos uma indústria moderna, equipar a agricultura de material moderno, libertar as populações da Ásia, África e América Latina da miséria, da fome e das doenças que as ameaçam.

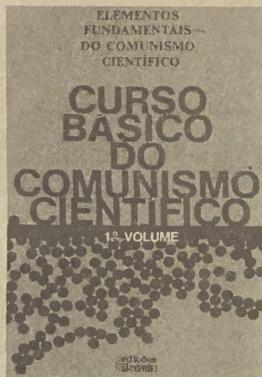
Porém, a oligarquia financeira dos Estados Unidos prefere gastar este dinheiro para salvaguardar a sua dominação, para criar meios de extermínio. As reservas de armas nucleares e termionucleares, se um dia viessem a ser utilizadas, ameaçariam a existência da própria vida sobre a Terra.

Mas nada pode salvar o imperialismo da sua queda. É uma ordem social sem futuro.

## Curso Básico do Comunismo Científico

edições Avante!

(1.º volume)  
Sob a direcção de V. G. Afanassiev  
Coleção: Elementos Fundamentais do Comunismo Científico  
Código: 22.01  
Preço: 30.00



Os autores deste Curso são especialistas de mérito no campo da filosofia, da sociologia e do comunismo científico. Condensaram no livro as experiências acumuladas na construção do socialismo e do comunismo e trataram, de forma acessível, os problemas básicos da direcção científica da sociedade socialista e do desenvolvimento das nações socialistas. Souberam igualmente dar a devida importância à educação ética e estética dos trabalhadores na sociedade nova, ao papel do homem na revolução técnico-científica e aos fundamentos da liberdade real que só na formação social comunista conquistarão plenamente.

O livro contém uma crítica penetrante do anticomunismo — a arma político-ideológica mais importante do imperialismo.

## DOCUMENTOS DO COMITÉ CENTRAL

Coleção: Documentos Políticos para a História do PCP  
Código: 04.02  
Preço: 120.00

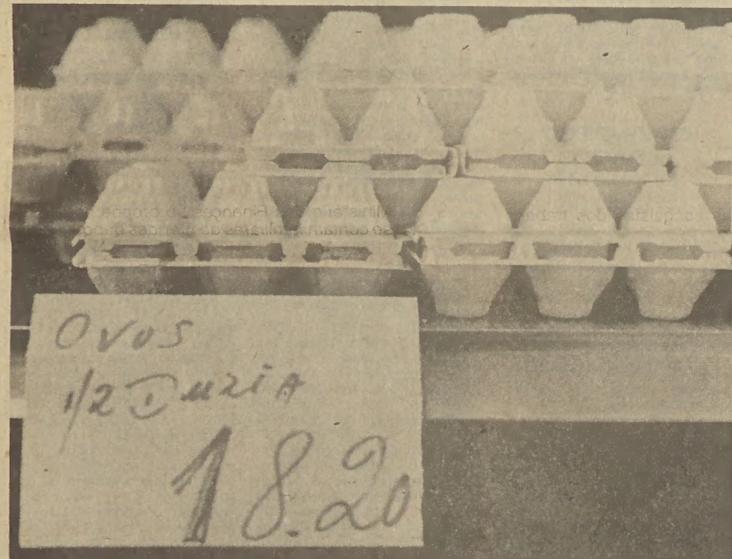
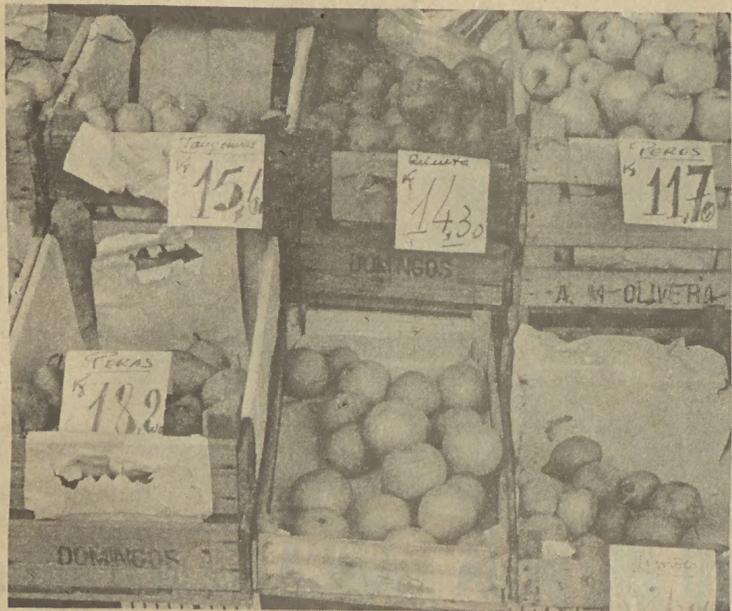
A presente antologia é a expressão da luta pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade, pela Democracia e pelo Socialismo conduzida pelo Partido Comunista Português no período que vai de Janeiro de 1965, ano em que se realizou o VI Congresso do Partido, até ao 25 de Abril.

A documentação aqui coligida permite acompanhar, no essencial, a análise que o Partido ia fazendo da evolução da situação política, das suas contradições e perspectivas, da luta por ele im-

pulsionada e dirigida como vanguarda organizada da classe operária e verdadeiro representante do interesse nacional.

Essa luta, que imprimiu profundamente a sua marca nestes 9 anos de história do nosso Povo, dá aos textos aqui reunidos, para além do seu interesse político, um alto valor histórico. É que a história do povo português, e nomeadamente da sua força mais revolucionária — a classe operária —, é inseparável da história do Partido Comunista Português.





# QUANTO NOS VAI CUSTAR O EMPRÉSTIMO DE VINTE MILHÕES DE CONTOS?

## Depois do alarme, o VI Governo anunciou a bonança graças aos empréstimos do mundo capitalista que, no imediato, somam 20 milhões de contos. Mas o que representa este empréstimo em termos de situação de trabalhadores-de dependência do País?

Deve-se ainda ao sr. dr. Salgado Zenha, ministro das Finanças e autor do monólogo televisivo que referimos noutra local, uma curiosa exposição sobre as relações entre a alta do custo de vida e os empréstimos externos que Portugal está em vias de contrair junto dos bancos de países capitalistas e em torno dos quais se afadigam embaixadores, delegados, missões, etc.

Assim o ministro Salgado Zenha diz-nos que os preços vão baixar «porque nós temos dinheiro suficiente para ir lá comprar o que for necessário. Agora estamos até em melhores condições para negociar do que no início do VI Governo. Quem tem a corda na garganta paga sempre mais. Mas presentemente já não temos a corda na garganta. No ano passado foram todos os géneros alimentícios comprados a preço. Este ano não será assim. Uns serão pagos a prazo, outros serão pagos a prazo.»

É claro que esta visão risonha do que se passa não corresponde à realidade que todos os trabalhadores constatarem, mas para o ministro das Finanças a denúncia de tal situação não passa de «alarmismos» uma vez que tal se deve «apenas» aos adversários do VI Governo que a «cda nova tentativa de avançar, fazem chorar as carpideiras do desânimo. A cada escolha, profetizam o naufrágio... «De certeza que o dr. Zenha não deve estar a referir-se ao seu colega de partido, dr. Mário Baptista, secretário de Estado do Abastecimento e Preços que, em diversas entrevistas, a maioria concedida à imprensa «digna de crédito», profetizava a fome para 1977 se não fossem tomadas providências; dava como certo os aumentos do peixe congelado, das carnes (profetizando a importação dos quartos dianteiros de bovino para o estômago das classes mais

desfavorecidas e dos quartos traseiros para as bolsas de maiores posses) e o aumento, pelo menos do leite não comum (este se tivesse de ser aumentado seria o menos possível).

Destas declarações do dr. Mário Baptista, nomeadamente a «O Dia» a 13 de Dezembro, comentadas a 15 de Dezembro no mesmo jornal, e ao «Diário Popular» a 20 de Dezembro, não contribuíram de facto para que os portugueses deixassem de continuar «vivendo aparentemente submissos mas recalçados e infelizes. É preciso tomar Portugal mais alegre...» tal como expressa o dr. Zenha no seu discurso.

Regressando contudo à argumentada tranquilidade que não será proporcionada pelos empréstimos externos, seria de toda a conveniência que o ministro das Finanças explicasse como é que se resolve o problema dos preços dos produtos de consumo entregues como foram às flutuações de mercado recorrendo a empréstimos ex-

ternos!

A verdade é que uma real política de contenção de preços (em que estes não se encontrem já ao sabor dos mecanismos do mercado) tem de integrar-se numa planificação global da economia, e que passa necessariamente pelo fomento da produção agrícola e o melhoramento das condições dos pequenos e médios agricultores; pela reanimação e reconversão da actividade industrial, por uma orientação do consumo contrariando os bens supérfluos importados (tendo em atenção a reconversão dos respectivos sectores de modo a que os trabalhadores não sejam atingidos pelo desemprego; pela criação imediata de organismos de coordenação e centralização do Comércio Interno: tipo Instituto de Cereais que adquire os produtos directamente do produtor, tal como ensaiavam fazer as direcções da Junta Nacional dos Vinhos e da Junta Nacional dos Produtos Pecuários recentemente saneadas.

Mas não. As perspectivas são favoráveis porque «dentro de algumas semanas vamos dispor de um stock de moeda estrangeira da ordem dos 20 milhões de contos. Para isso, faremos empréstimos — claro — que terão de ser pagos. Mas empréstimos nas melhores condições possíveis na presente conjuntura. Um deles, de 2,5 milhões de contos, concedido pelo Fundo Monetário Internacional, e outro de 7,5 milhões de contos, que nos será concedido pela República Federal Alemã... Encetámos também conversões com os Estados Unidos a fim de nos serem facultadas linhas de crédito a médio e longo prazo para o fornecimento de géneros alimentares. Outras iniciativas ainda estão em curso.»

Tudo isto é possível porque o VI Governo está «em melhores condições de negociar», o que em linguagem mais clara significa que os banqueiros do mundo capitalista gostam mais da actual situação do que da anterior. Tal facto, para além de não ser novidade,

não constitui propriamente uma constatação favorável para quem se diz socialista...

Efectivamente, a experiência de outros países e a nossa vivência recente fazem-nos recordar que os empréstimos do mundo capitalista são sempre condicionados: umas vezes, prevê-se a aplicação de investimentos, na generalidade canalizados para a construção de infraestruturas com desprezo do fomento industrial. Isto, porque não convém ao capitalismo a industrialização dos países dependentes na medida em que se correria o risco de estes começarem a produzir internamente o que compram lá fora e ainda porque a industrialização acarreta o fortalecimento do proletariado, classe indispensável à manutenção dos capitalistas mas classe cuja organização e luta determina a queda do capitalismo.

O condicionamento dos empréstimos internacionais revela-se ainda na vinculação do país à aquisição de produtos nos mercados do país que concede o empréstimo. O que no caso, representa o agravamento da vulnerabilidade da economia portuguesa que, deste modo, fica ainda mais dependente dos países capitalistas, compartilhando com eles a crise geral que assola o mundo ocidental.

O povo português não foi esclarecido sobre as condições dos empréstimos que nos vêm do exterior. Quais os juros de semelhante generosidade? O que representa em termos de dívida pública/ara já vamos comprar lá fora com o stock de divisas conseguidas através dos empréstimos. Como vamos pagar os providenciais 20 milhões de contos? Será que cairemos no círculo vicioso praticado pelo regime fascista em que pagávamos a Dívida Pública com novos empréstimos que a agravavam?

Aliás, há que verificar que as imposições já surgem: não se pode separar o congelamento de salários e a suspensão da contratação colectiva das exigências do capitalismo internacional, com a criação de condições que favoreçam e agradem aos grandes monopólios e bancos mundiais a fim de lhes criar condições para melhor exploração e maiores lucros em Portugal — o que o dr. Zenha chama eufemisticamente «melhores condições para negociar».

Para negociar o quê? O que parece estar a ser negociado são os interesses do capitalismo e do abalado capitalismo português contra os dos trabalhadores portugueses. O dr. Zenha considera «condições favoráveis» as que são determinadas pela alta do custo de vida que se abate sobre os trabalhadores, o congelamento dos salários, o recrudescimento político da direita. Se estas são as condições, serão favoráveis para os capitalistas — não para os trabalhadores portugueses.

Sobem-se preços, congelam-se salários, contraem-se empréstimos que «claro, terão de ser pagos». Por que preço terão de ser pagos? Pelo que o povo trabalhador está já a pagar, tudo indica que quando se falar de juros e condições, tal como de resultados, não é quem faz tal retrato que garante que esta política serve o povo português. Bem pelo contrário.

Acerca disto nada se disse pois, segundo o dr. Zenha, «o segredo é a alma do negócio». E o que interessa é fazer bons negócios e não confidências indiscretas ou pelo menos prematuras.

Que negócios, meus senhores, que negócios?!



# JORNADA UNITÁRIA E POPULAR CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

## Reforçando e consolidando a sua unidade, o movimento operário e popular manifesta-se contra o aumento do custo de vida e o congelamento dos salários

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do nosso Partido distribuiu, no passado dia 8, o seguinte comunicado aos órgãos de informação.

A DORL do PCP têm-se dirigido alguns trabalhadores perguntando qual a posição do PCP face a um plano de acções recentemente anunciado nos meios de informação em nome, ao que se diz, de alguns órgãos de vontade popular.

Para que não subsista qualquer dúvida quanto ao assunto, a DORL do PCP esclarece que não só nada tem a ver com tal plano, como encara com a maior apreensão certas iniciativas anunciadas. Este plano de acções e, de modo especial, a manifestação marcada para o dia 16, aparecem como uma tentativa de antecipação à grande jornada de luta da classe operária e dos trabalhadores da região de Lisboa contra a subida de preços e o congelamento de salários, desde há dias publicamente conhecida e convocada pelos sindicatos para o Estádio 1.º de Maio, no próximo dia 17, e que já alcançou numerosas adesões de organizações sindicais e de estruturas populares de base.

Voluntariamente ou não, os promotores de tal plano de acções surgem com um projecto que toma objectivamente um carácter divisionista e que, pela sua natureza, pode prejudicar o desenvolvimento e a unidade do movimento popular de massas, além de poder prestar-se a perigosas provocações.

Apelando para o reforço e consolidação da unidade do movimento operário e popular, a DORL do PCP entende que uma forma de se alcançar esse objectivo fundamental é saber isolar iniciativas ou projectos divisionistas que, deliberadamente ou não, possam afastar as massas trabalhadoras do verdadeiro caminho que conduzirá à garantia efectiva dos seus interesses e à instauração de um Portugal democrático, rumo ao Socialismo.

A grande jornada unitária e popular, com concentração no Estádio 1.º de Maio, a que se refere o comunicado da DORL do PCP, é

convocada por uma Comissão de Luta contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento dos salários, composta pelos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal, Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa e Setúbal, Trabalhadores Agrícolas de Setúbal, Químicos de Lisboa, Ferroviários do Centro, Transportes Rodoviários de Lisboa, Transportes Urbanos de Lisboa, Têxteis do Sul, Estivadores do Sul, Electricistas do Sul, Empregados de Escritório de Lisboa.

Até ao momento, já aderiram a esta grande jornada de luta os seguintes sindicatos, organizações populares e de trabalhadores: Sindicatos dos Vidreiros, da Indústria Hoteleira de Lisboa, dos Pintores da Construção Naval, dos Cobreadores, dos Empregados em Garagens da Cerâmica, dos Químicos de Setúbal, dos Carpinteiros da Construção Naval de Lisboa, dos Gráficos, dos Professores de Lisboa, dos Transportes Fluviais, da Indústria Corticeira de Setúbal, dos Agrícolas de Lisboa, dos Músicos, dos Trabalhadores da Panificação, das Madeiras de Lisboa, a União dos Sindicatos de Lisboa, Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, o Secretariado Provisório Pró-Conselho de Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas, a Comissão Central de Trabalhadores de A. Silva & Silva, a Comissão de Unidade dos Trabalhadores da CUF, a Comissão Coordenadora da Fimar/Le ver/Iglo, os trabalhadores de Estoril Sol e Tamariz, a Comissão de Trabalhadores do Fritz Meyer, a CRAPA, a Assembleia Popular de S. Domingos de Rana, a Assembleia Popular da 7.ª Zona, a Comissão de Moradores de Laranjeiro de Fora, a Comissão de Moradores de St.º António dos Cavaleiros, o secretariado das Comissões de Bairro da Freguesia de Santo André (Barreiro), o Conselho de Trabalhadores de S. Iria da Azóia, o Conselho de Trabalhadores da Cova da Piedade, o Conselho de

Moradores da Vialonga, as comissões de moradores de A-dos-Loucos, Cotovios, Badalinho e Ade-Freira da freguesia de S. J. dos Montes.

### «RESISTIR À OFENSIVA CAPITALISTA»

A Comissão de Luta promotora da grande jornada unitária e popular divulgou um manifesto no qual começa por afirmar:

«Cada dia que passa os nossos salários valem menos. Cada dia que passa compramos menos com o mesmo dinheiro. Somos hoje mais pobres que ontem e amanhã mais pobres que hoje se não nos unirmos e organizarmos para resistir à ofensiva capitalista que visa roubar-nos nos preços as conquistas salariais resultantes de meses e meses de luta.

Falando em crise económica e em medidas de austeridade, o Governo e os capitalistas provocaram nos últimos dias a mais escandalosa subida de preços de que há memória no nosso país.»

A pós reiterar o aumento verificado nos artigos de primeira necessidade, o manifesto refere:

«Ao mesmo tempo, e pela primeira vez desde o 25 de Abril, os salários das classes mais desfavorecidas foram congelados. Em vez de congelar os preços dos produtos de primeira necessidade e reduzir os rendimentos mais elevados, o Governo cedendo às pressões e chantagens do patronato, congelou toda a contratação colectiva tentando assim impedir os trabalhadores de conseguirem uma vida melhor para si e para os seus.»

«Os trabalhadores — prossegue o manifesto — não ignoram que a crise económica existe. Fomos nós os primeiros a senti-la e a propor medidas para a combater. Somos nós os primeiros interessados em reconstruir a economia do país e

temo-lo provado por palavras e por actos. Mas essa construção tem de ser feita tendo em vista a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados. Essa reconstrução tem que ser feita à custa essencialmente do rendimento daqueles que provocaram a crise — os capitalistas — e não à custa de mais privações, mais desemprego, mais fome e mais miséria para os trabalhadores.»

Mais adiante, e referindo-se à crise económica, o documento que temos vindo a citar acenar:

«A recuperação capitalista está em marcha, o Governo enquanto fala da crise de bancarrota e aumenta os impostos sobre os trabalhadores, vai pagar mais de quatro milhões de contos aos acionistas dos bancos nacionalizados. Quatro milhões de contos que sairão dos salários de quem trabalha para os bolsos dos que sempre viveram à nossa custa. Entretanto, descongelam-se as contas dos sabotadores, prepara-se o seu regresso às empresas donde figuram ou foram expulsos, ao mesmo tempo que se retiram credenciais às Comissões de Trabalhadores e às nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário são postos em causa.»

### «GARANTIR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS»

«Hoje tudo está em perigo. Mesmo a nossa subsistência. Se permitirmos a recuperação capitalista em curso, se consentirmos a continuação da subida do custo de vida, se aceitarmos o congelamento da contratação colectiva será o próprio pão que perdemos. É na luta que tudo se consegue e constrói. Só através da luta unitária e firme, só através de grandes e poderosas acções de massas conseguiremos fazer recuar a burguesia e os seus agentes, garantiremos as conquistas alcançadas entre as quais a melhoria do nível

de vida, impediremos a subida dos preços, imporemos o descongelamento da contratação colectiva e abriremos caminho para a construção da sociedade socialista, acentua a determinada passo, o manifesto da Comissão de Luta.

Anunciando a concentração popular do próximo dia 17 como a «primeira demonstração de força e unidade contra as medidas anti-populares», o manifesto da Comissão de Luta finaliza:

«A Comissão de luta apela a todos os Sindicatos, comissões de moradores e trabalhadores, a todos os órgãos de vontade popular e organização de massas para aderirem à iniciativa e para desenvolverem um intenso trabalho de organização e mobilização por forma a fazermos do dia 17 de Janeiro uma grande e vitoriosa jornada de luta. Que por toda a parte, nos Sindicatos, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nos campos, nas escolas, nos bairros, em todos os locais de trabalho e habitação, em pequenas e grandes reuniões se discuta, se organize e se trabalhe para que todo o povo trabalhador venha para a rua e se concentre no Estádio 1.º de Maio no próximo dia 17.»

### «É NA LUTA QUE TUDO SE CONSTRÓI»

Entretanto, a Comissão de Luta, que promove hoje, às 17 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos, uma conferência de imprensa, divulgou um comunicado alertando os trabalhadores para a «forma vergonhosa como a televisão está tratando a nossa jornada de luta.»

Refere o citado comunicado:

«Assim, ao contrário do que faz com os latifundiários cujos problemas são tratados com todo o cuidado e atenção esquece a luta dos trabalhadores, não transmitindo a conferência de imprensa realizada no dia 8 nas instalações da Parry

Son, e onde estiveram presentes representantes da imprensa e da rádio.»

A televisão esteve lá, mas não fez sequer uma breve notícia sobre o assunto. A televisão esteve lá, mas ignorou a vontade de 13 Sindicatos que representam mais de 500 mil trabalhadores.»

E mais adiante:

«A televisão esteve lá, mas teve medo de levar a imagem e a voz dos trabalhadores por esse Portugal fora. Porque é bastante sintomático o facto da televisão ter efectuado a cobertura da conferência, firmado e gravado.

Será que voltamos aos tempos do fascismo e estão a fazer arquivos para renovar a PIDE? Cuidado trabalhadores com estes manobras. Para que serve então a televisão que nós pagamos? Será que a luta dos trabalhadores não é justa e

oportuna? Onde está o tão apreçoado pluralismo da televisão? Quem é que afinal tem acesso a este órgão de informação? Só alguns privilegiados para fazerem a sua propaganda eleitoral? As entidades patronais para defenderem os seus pontos de vista?»

Denunciando este facto como mais uma arbitrariedade, o comunicado acentua:

«É na luta que tudo se consegue e constrói. Só através da luta unitária e firme, só através de grandes e poderosas acções de massas conseguiremos fazer recuar a burguesia e os seus agentes, garantiremos as conquistas alcançadas, entre os quais a melhoria do nível de vida, impediremos a subida dos preços, imporemos o descongelamento da contratação colectiva e abriremos caminho para a construção da Sociedade Socialista.»

## A voz da RDA em língua portuguesa

### Rádio Berlim Internacional

A voz da República Democrática Alemã, informa os ouvintes em Portugal que a partir do 1 de Julho 1975 começou a transmitir notícias, música e informações.

A Rádio Berlim Internacional vai informar sobre a política e a vida do primeiro estado socialista em terra alemã.

Horários e frequências:  
 6.15 - 7.00 7260 kHz 41,32 m  
 18.00 - 19.45 7260 kHz 41,32 m  
 21.30 - 22.15 7260 kHz 41,32 m  
 23.15 - 24.00 9770 kHz 30,71 m  
 1511 kHz 198,5 m







## CONSTRUÇÃO CIVIL: A LUTA CONTINUA!

**A luta dos trabalhadores da construção civil está ligada à luta mais geral do Povo Português por uma sociedade sem exploração do homem pelo homem. A decisão tomada no Encontro dos trabalhadores do sector de paralização do trabalho durante duas horas, a realizar amanhã, visa repudiar a política anti-operária do Governo**

Atentos aos perigos do momento em que vivemos, com serenidade e determinação, a nossa luta vai continuar. Nunca aceitaremos pagar o preço das dificuldades urdidas pela sabotagem dos exploradores. Não aceitaremos pagar o preço da crise do capitalismo, esse sistema de repressão e miséria para todos os que vivem vendendo a sua força de trabalho», afirma-se no Manifesto dos Trabalhadores da Construção Civil dirigido a todos os trabalhadores e ao Povo, na sequência do Encontro das Organizações dos Trabalhadores ligados à Construção Civil e Obras Públicas, no decorrer do qual os 600 delegados presentes acordaram realizar amanhã uma paralisação de trabalho de duas horas, entre as 9 e as 11, como protesto contra a política antitrabalhadores do Governo.

res de empresas de construção civil, 42 organizações de trabalhadores de empresas ligadas ao sector, 15 organizações de trabalhadores de empresas de projectos e consultivas, 9 organizações de trabalhadores do aparelho de Estado e 1 cooperativa de produção. Para além do manifesto e das conclusões foram ainda aprovadas duas moções. Numa delas repudiaram-se as medidas antioperárias exercidas pelo VI Governo Provisório e exige-se o descongelamento imediato da contratação colectiva de trabalho, assim como o congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade para os trabalhadores.

Na outra moção, as organizações presentes ao Encontro dão o seu inteiro apoio à concentração do próximo sábado no Estádio 1.º de Maio, contra o aumento do custo de vida, a repressão sobre os trabalhadores e o congelamento da Contratação Colectiva.

### NA PRIMEIRA LINHA DE COMBATE

«A luta que travamos pelos nossos direitos e conquistas contra as medidas antioperárias decretadas

pelos VI Governo, contra o congelamento dos Contratos de Trabalho e contra a brutal subida do custo de vida — lê-se no Manifesto aprovado no encontro — está profundamente ligada à luta mais geral que os trabalhadores portugueses vêm travando pela construção da nova Sociedade de Igualdade e Justiça, liberta da exploração do homem pelo homem, a que temos direito».

E pode ainda ler-se no referido Manifesto: «Lutando contra a actual política de defesa da burguesia, a luta de defesa das grandes conquistas do Povo Português: nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário, liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida».

Finalmente: «Encontrar as formas concretas mais adequadas ao estabelecimento da aliança com os pequenos e médios industriais do sector, condição indispensável ao êxito da luta que travamos».

O Manifesto, que termina com uma declaração de apoio à grande jornada de luta da classe operária e das massas populares do próximo sábado, contém ainda um apelo e um alerta: «Lançamos a todos os camaradas trabalhadores um veemente apelo à sua solidariedade proletária com a nossa justa luta, ao seu apoio fraternal aos trabalhadores mais explorados da construção civil. Para o nosso Povo vai o nosso alerta contra todas as manobras de divisão, contra todas as tentativas de quem quer quebrar a sua unidade».

### EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

O Encontro das Organizações de Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas destinava-se, nomeadamente, a unir os trabalhadores ligados directa ou indirectamente ao sector, através da discussão democrática dos problemas que os afectam, pela procura colectiva das soluções justas que permitirão a luta comum em torno dos objectivos definidos.

Entre esses objectivos, os organizadores do encontro apontaram: «Analisar as causas da crise do sector da Construção Civil por forma a determinarem-se as soluções correctas para o seu desbloqueamento, evitando que o agravamento da situação venha a piorar ainda mais os graves problemas que afectam os trabalhadores do sector, não ponham em risco as actuais leis sobre rendas de casa e abram amplas perspectivas de acesso das massas trabalhadoras ao direito a habitação digna».

«E ainda: «Definir as formas de

luta e de organização para combater a repressão económica que se concretiza pelo alto custo de vida, no congelamento salarial e no desemprego. Procurar formas de integração da luta dos trabalhadores da Construção Civil na luta geral das classes exploradas que se batem contra a burguesia pela defesa das grandes conquistas do Povo Português: nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário, liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida».

Finalmente: «Encontrar as formas concretas mais adequadas ao estabelecimento da aliança com os pequenos e médios industriais do sector, condição indispensável ao êxito da luta que travamos».

## O CASO DA TÊXTIL MANUEL GONÇALVES

**Estamos perante um exemplo da tentativa de recuperação do capitalismo por parte do patronato reaccionário, a que há que opôr a unidade e firmeza das massas trabalhadoras**

O patrão da têxtil Manuel Gonçalves, de Famalicão, prepara-se para voltar à direcção da empresa que, desde 23 de Agosto do ano findo, se encontra sob intervenção estatal com uma comissão administrativa nomeada pelo Governo, cujo mandato terminará em Fevereiro próximo com a apresentação de um relatório. Fortalecido pelo apoio da maioria dos trabalhadores da firma, Manuel Gonçalves, cujas dívidas a empresa atingem os 100 mil contos (grande parte delas para satisfação do luxo pessoal) põe ainda condições especiais para retomar as suas funções na firma.

Essas condições impedem uma análise da situação económica e financeira da empresa, a garantia de apoio bancário e a suspensão de 17 trabalhadores que deverão ser sujeitos a um inquérito. Num plenário, por 2500 votos a favor, 40 contra e cinco abstenções, o pessoal da firma, que chegara a ameaçar com a suspensão do trabalho, se o patrão não regressasse, aceitou essas condições em manter a laboração aguardando até Fevereiro, que é quando a Comissão Administrativa termina o seu mandato.

A ser aceite pelo Governo, a decisão dos trabalhadores implica o regresso da administração que era composta por três elementos: Manuel Gonçalves, seu filho António Manuel Gonçalves e António Morgado Pires. Recorde-se que, entre os accionistas da empresa, onde o domínio da família Gonçalves é inegável, se encontra Luís Folhadela Carneiro de Oliveira, genro de Manuel Gonçalves, cujo nome figura como terceiro implicado no 28 de Setembro, conforme os dados do relatório oficial. Aliás, o próprio Manuel Gonçalves esteve detido algum tempo após os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974. O caso da firma têxtil Manuel Gonçalves, de Famalicão, bem conhecido da opinião pública nacional, ultrapassa o âmbito dos trabalhadores da empresa directamente interessados na questão.

Merece, pelas proporções que adquiriu, a atenção vigilante de todos os trabalhadores portugueses, ameaçados nas

suas conquistas por um caso flagrante de aproveitamento reaccionário das sementes do medo e da ignorância lançadas pelo fascismo e que, felizmente em poucos casos, dão frutos aparentemente estranhos, que põem em causa as nacionalizações.

Mas há quem pretenda desarticlar por completo o movimento popular de massas, assestando golpes certeiros na unidade do movimento sindical. Estranho, pelo menos, é que semelhante tentativa seja feita em nome da democracia e do socialismo em Portugal.

Mas outras atitudes estranhas temos visto e continuaremos a ver. Há forças políticas que se reclamam do apoio dos trabalhadores, mas parece só poderem viver e prosperar com eles divididos. A grande massa dos trabalhadores organizados sabe disso e actuará em conformidade.

As associações sindicais e outros órgãos do movimento operário e popular, que levaram a cabo essa poderosa manifestação da vontade dos autênticos obreiros do processo democrático virado para o socialismo, podem tirar um saldo positivo do balanço deste ano, que passou sobre a grandiosa manifestação de 14 de Janeiro de 1975. Apesar dos ataques parciais, alguns logrados, a unidade, em geral, fortaleceu-se. A consciência das massas vai-se fortalecendo à medida que o movimento operário e popular avança na consolidação dos seus organismos de classe, na melhoria da organização, na salvaguarda das liberdades e das justas reivindicações obtidas na luta sindical e política.

No próprio dia das inesquecíveis manifestações de 14 de Janeiro de 1975, por todo o País, o nosso Partido confirmava — uma vez mais a sua posição de que a unidade sindical é, nas condições concretas do Portugal de hoje, a melhor garantia da liberdade sindical». Um ano depois, essas condições mantêm-se e exigem ainda uma maior vigilância para salvaguardar, entre outras, essa conquista das massas populares.

A unidade sindical fortalece a unidade de classe, assegura a livre constituição, direcção e gestão dos sindicatos pelos trabalhadores, garante a independência dos sindicatos em relação ao Estado, ao Governo, aos partidos e ao patronato. Inversamente — lembrava a nota da Comissão

Política do PCP — o chamado pluralismo, a proliferação dos sindicatos, seria de facto contrária à liberdade e independência do movimento sindical.

«Ao recordarmos o dia 14 de Janeiro de 1975, gostaríamos que os inimigos da unidade dos trabalhadores e da sua expressão e defesa legais se lembrassem de que a unidade sindical foi amplamente discutida e aprovada pelas massas trabalhadoras. Os defensores do chamado pluralismo, abusivamente aplicado contra a unidade prática e contra a acção no sentido de a fortalecer constantemente, deveriam ter bem presente que a sua ampla campanha não deu resultado. Não deram resultado as suas vagas expressões de juristas ao serviço da classe dominante que consideravam a unidade «inconstitucional».

«A liberdade sindical não é uma vaga expressão de juristas, mas uma realidade concreta inseparável de outros dois conceitos complementares: a independência e a unidade — afirmava, o ano passado, o nosso camarada Álvaro Cunhal, no grande comício comemorativo do 18 de Janeiro na Marinha Grande. Ora, «o essencial da liberdade sindical é a liberdade de os trabalhadores decidirem completa e livremente da orientação, da gestão e da direcção dos seus próprios sindicatos».

O PCP afirma que a sua decisão de posição em defesa da liberdade sindical faz parte da sua política geral de defesa das liberdades democráticas e insere-se no objectivo da construção em Portugal de um regime democrático, no qual o Povo Português goze das mais amplas liberdades, no qual possam organizar-se e defender as suas opiniões todos os portugueses dispostos a vi-

ver em liberdade e a respeitar a ordem democrática.

Em que, até hoje, a unidade sindical defendeu esses princípios? Num ano de vigência, não foram poucas as críticas, algumas válidas, outras sem sentido, contra a Intersindical, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, como está reconhecida na lei. Sindicatos houve que puseram à votação a sua permanência na Central. Com uma ou outra excepção sem significado, direcções que põem em causa a própria existência da Inter foram obrigadas pela massa sindical a nela permanecer, em moldes democraticamente aprovados. Ficou mais que provado que a unidade sindical não prejudica a democraticidade nos sindicatos, antes com ela coexiste perfeitamente. O exercício da democracia tem perfeito cabimento numa central única dos trabalhadores.

Pôr em causa novamente a unidade sindical e a existência da Intersindical, como única confederação dos sindicatos portugueses, é uma tentativa (mais uma), para deixar a grande massa dos trabalhadores sem defesa perante os ataques já concretizados à melhoria do seu nível de vida e frente aos perigos que claramente se anunciam contra a coesão e a unidade do movimento popular de massas e o seu poder de intervenção na vida política portuguesa.

Lembrar o dia 14 de Janeiro de 1975 e o apoio da incontável maioria dos trabalhadores portugueses à unidade sindical é lembrar que o movimento operário e popular não está disposto a perder, mediante uma penada de um legislador qualquer, anos e anos de sacrificios em defesa da unidade contra a exploração capitalista e os seus regimes opressores.

Um ano depois da polémica em que os inimigos da unidade perderam todos os trunfos, seria pelo menos absurdo que voltassem a opô-los às tarefas concretas que os trabalhadores irão cumprir na defesa dos seus direitos, que são os do povo a que pertencem, dentro do movimento operário e popular. Mas é de recuar que essa tentativa seja feita, uma vez mais contra o movimento, que o nosso Partido reconhece como independente «criado pelos trabalhadores e pelas massas populares, que decidem livremente das suas estruturas, do seu carácter representativo, dos seus métodos de organização e das suas formas de acção».

Contra as ingerências abusivas, o movimento operário e popular, como movimento organizado e independente, saberá defender-se, defendendo as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário ao mesmo tempo que irá salvaguardar, fortalecendo-as, as suas organizações sindicais, «objecto do ódio e do ataque dos elementos contra-revolucionários e conservadores que querem enfraquecer essa poderosa força organizada dos trabalhadores para poderem impor a estes condições mais severas de exploração».

Defender a unidade e a unidade de sindicatos, tão claramente apoiadas em 14 de Janeiro de 1975, é lutar com o nosso Partido, para a realização completa das tarefas da hora presente.

MANOBRAS DO CAPITALISMO

Mas independente da tomada de posição do Governo, a luta contra a recuperação do capitalismo, patente no caso da F. Manuel Gonçalves, não pertence apenas aos corajosos trabalhadores do sector têxtil. Trata-se de uma luta na qual todos os trabalhadores portugueses têm de intervir. O caso Manuel Gonçalves a terminar com uma vitória da reacção, abriria a escalada de acontecimentos paralelos que levariam, a uma rápida «ressureição» do capitalismo. Esta manobra está em curso. Recordemos o caso de uma empresa em Alcântara em que o patrão afastado pelos trabalhadores, conseguiu, mediante uma «Acção de Restituição de Posse», que o tribunal lhe devolvesse a empresa e ordenasse a polícia que desalojasse os trabalhadores, tendo considerado desvinculados os contratos de trabalho. Este exemplo insuflou alento à reacção e há notícia de patrões que tentam igual caminho.

Perante isto, mais do que nunca se impõe a vigilância e unidade revolucionárias das massas trabalhadoras. A reacção não passará a uma palavra de luta que se tornará uma vitória real, se as massas trabalhadoras souberem unir forças e defrontar com decisão o inimigo comum.

A chantagem contra os sindicatos na luta pelos direitos e objectivos finais dos trabalhadores? Qual o lugar dos sindicatos revolucionários no com ate dos explorados pela conquista do poder e, posteriormente, na construção do socialismo? Eis importantes questões, sobre as quais as ideias de Lênine conservam plena a utilidade.

As nacionalizações serão defendidas pelos trabalhadores porque representam, ao lado das outras conquistas da Revolução, um passo sem o qual será impossível caminhar para o socialismo.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.

Os sindicatos revolucionários não podem prosseguir impunemente com as ameaças baseadas naquilo que consideram a incapacidade do Estado para administrar os bens nacionalizados, como os grandes patrões da indústria fizeram ainda há pouco no seu Congresso no Porto.



## MOVIMENTO SINDICAL e Unidade no Processo Revolucionário

edições Avante!

ALBANO LIMA  
Coleção: Rumo ao Socialismo  
Código: 05.01  
Preço: 40.00

As forças reaccionárias e conservadoras e todos aqueles que não estão com o processo revolucionário empenham-se em dividir o movimento sindical, em dividir os trabalhadores. É que o movimento sindical é um elemento muito importante do movimento popular de massas, e dividi-lo significa enfraquecer essa componente do processo revolucionário. A luta contra todo o divisionismo e pelo alargamento e consolidação da unidade é, pois, uma importante frente de luta do movimento sindical no momento presente.

Este livro, traçando um panorama do que foi o movimento sindical nos duros tempos da ditadura fascista e, após o seu derrube, nos primeiros meses de liberdade, insere-se nessa luta.

**O PCP e a Juventude**

CADERNOS DO PCP

Coleção: Cadernos do PCP  
Código: 03.08  
Preço: 50.00

## LIVRARIA 1.º DE MAIO

PRACETA PORTUGAL BAIXA DA BANHEIRA

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS,  
ARTIGOS DE PAPELARIA,  
POSTERS, AUTOCOLANTES, ETC.  
LIVROS SOVIÉTICOS  
EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS  
OBRAS COMPLETAS DE LÊNINE  
(EM FRANCÊS)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE LÊNINE  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)



# informação

● Um triunvirato militar, composto pelos comandantes dos três ramos das Forças Armadas, depôs o presidente da República do Equador, general Guillermo Rodríguez Lara. Foi imediatamente estabelecido o estado de sítio e o recolher obrigatório em todo o país. A destituição de Lara deve-se à sua política de oposição em certos domínios ao imperialismo, o que levou a que a oligarquia agrária, os grandes comerciantes bananeiros e sobretudo as poderosas companhias petrolíferas americanas desencadeassem todo um processo que conduziu à actual situação.

● O corpo de Chu-En-Lai, primeiro-ministro chinês recentemente falecido, foi cremado em Pequim.

● A Itália vive nova crise governamental. Uma crise que revela a incapacidade governativa e o crescente isolamento do Partido Democrata Cristão. Entretanto, as diversas consultas eleitorais tem revelado uma crescente consciencialização do povo italiano, e um consequente reforço das posições da esquerda.

● Os 19 países em vias de desenvolvimento que participam no diálogo com os países capitalistas desenvolvidos estão a elaborar um documento conjunto que apresentarão na reunião dos co-presidentes, a realizar a 26 do corrente.

● Vorster permitiu finalmente que os sul-africanos vissem televisão. Pela primeira vez foram difundidos à escala nacional programas televisivos. Vorster temia a eventual «influência maléfica» deste meio de comunicação social sobre a população. Entretanto, a maioria dos negros sul-africanos dos bairros de lata continua a não poder dispôr de tal meio de comunicação. Não dispõem de electricidade e o seu poder de compra é excessivamente reduzido.

● A terceira sessão do Tribunal Russel, que será consagrada às violações dos Direitos do Homem pelas ditaduras militares latino-americanas, está a decorrer actualmente em Roma. As duas sessões precedentes tiveram lugar em Roma (Abril de 1974) e em Bruxelas (Janeiro de 1975). O centro dos trabalhos do tribunal é o papel dos militares na América Latina e os seus elos (em certos casos) com os interesses norte-americanos. Esta será a última sessão do Tribunal Russel, que será dissolvido para se transformar numa «fundação para o direito e libertação dos povos», de carácter permanente.

● Durante os cinco primeiros dias do ano foram descobertas no Rio de Janeiro quinze vítimas do «Esquadrão da Morte».

● A Conferência Internacional de Dacar sobre a Namíbia e os Direitos do Homem, organizada sob a égide de três organizações internacionais de juristas, reconheceu o direito ao uso da luta armada da Namíbia contra a África do Sul.

● O número de assassinios no condado de Los Angeles atingiu, no ano passado, 1015, batendo todos os «records» e sendo a primeira vez na sua história que o total de homicídios ultrapassou os mil.

● O número de desempregados na Bélgica atingiu, em fins de 1975, o total de 229.025, mais 90.000 em relação a igual período de 1974, o que corresponde a um aumento de 63,3 por cento no ano findo.

● Verificaram-se algumas alterações no Governo das Honduras, em que foram afastados elementos mais abertamente opostos aos planos de Reforma Agrária, mas simultaneamente isolados os oficiais classificados como mais progressistas pelas organizações democráticas das Honduras.

● Na sequência da greve do metro de Madrid, está-se a registar em Espanha um movimento geral de reivindicações salariais. Numa medida sem precedentes dirigentes de sindicatos oficiais apoiaram publicamente os empregados de metro, após representantes de mais de 100.000 trabalhadores terem ameaçado declarar greve caso o não fizessem. Entretanto, a polícia continua a dispersar pela força manifestações populares.

● Cerca de 629 presos políticos chilenos desapareceram entre Janeiro de 1974 e Junho deste ano, enquanto mais duas mil pessoas se encontram actualmente em idêntica situação, afirma-se num documento do comité a favor da paz publicado no México. O documento exige um inquérito completo e rigoroso sobre a sorte de outros 188 presos, que não se sabe se estão vivos ou mortos.

● O ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Venezuela denunciou recentemente as manobras das multinacionais pelo rebaixamento dos preços de petróleo, classificando-as como extremamente graves. O ministro advertiu que tais manobras podem provocar uma profunda deterioração do progresso obtido pela OPEP no respeitante aos preços do petróleo. Desde o momento em que se colocou a questão da nacionalização do petróleo venezuelano, as manobras intensificaram-se sensivelmente. As grandes multinacionais e os governos dos países capitalistas reduziram sensivelmente as encomendas, fazendo depender o aumento de tais encomendas de uma redução notória de preços.

● O processo de transformações estruturais no Perú deu mais um passo decisivo. Os limites da chamada «propriedade média» rural, que até à data podiam atingir os 150 hectares, foram agora reduzidos para 50 e 30 hectares nas zonas junto da orla marítima ou das montanhas. Simultaneamente foi definitivamente garantida a pequena propriedade rural até cinco hectares. Este novo decreto favorece cerca de 300 mil pequenos agricultores. Foi igualmente analisado o problema do desemprego entre trabalhadores agrícolas, tendo sido decidida a obrigatoriedade de contratar, em regime de permanência, um trabalhador agrícola por cada cinco hectares de terra.

● As negociações entre o Panamá e os Estados Unidos sobre o problema do Canal, atingiram, no fim de 1975, um estado de quase completa estagnação e as perspectivas para o novo ano não são melhores. As divergências são muito acentuadas. Os Estados Unidos tentam manter o seu controlo sobre uma considerável extensão (85%) do território da actual zona do canal, assim como as suas catorze bases militares. Pretendem para além disso outras prerrogativas, como o direito unilateral de construir um novo canal ou alargar o actual.

## CEE – novos esforços para pressionar a união

Mandatado para elaborar um relatório sobre «união europeia», por uma cimeira da comunidade realizada em Dezembro de 1974, o primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, exortou o Mercado Comum a pressionar a união económica e monetária mesmo que isso signifique o atraso temporário de alguns dos seus parceiros.

O documento estipula que as instituições existentes do Mercado Comum sejam reforçadas e que os «Nove» coordenem mais estreitamente as suas políticas externas, as suas relações económicas externas e o auxílio ao desenvolvimento e às políticas de defesa.

No relatório, destacam-se em particular dois aspectos. A proposta de que os membros da CEE troquem pontos de vista sobre assuntos específicos defensivos e cooperem mais estreitamente sobre produção de armas.

A tentativa de atenuação do reforço do desigual desenvolvimento dos diversos países da CEE, como conteúdo real da mais estreita coordenação económica. «É impossível nesta altura – salienta-se – apresentar um programa de acção digno de crédito se conditado absolutamente necessário que, em todos os casos, todas as fases devem ser alcançadas por todos os Estados ao mesmo tempo.»

Reflectindo as contradições entre países capitalistas desenvolvidos, é igualmente posto particular acento sobre as relações entre o Mercado Comum e os Estados Unidos.

As tentativas de reforço da Comunidade Económica Europeia, quer no campo económico, quer no plano político e militar, visam no fundamental o reforço da posição da Europa como concorrente no mundo capitalista; uma mais racional partilha entre os seus membros mais fortes da mão-de-obra e dos lucros arrecadáveis dentro de fronteiras dos membros mais fracos; uma coordenação dos planos das multinacionais que operam em território de vários países europeus; uma posição de força face ao mundo socialista, nomeadamente no campo da política militar.

Tais objectivos são, como é óbvio, publicamente encobertos, surgido com um rosto bem diverso do real.

A discrepância total entre os objectivos formais da CEE em relação à deslocação dos trabalhadores entre as suas fronteiras, e a prática vivida pelos emigrantes ao longo destes anos, é um exemplo frisante que pode clarificar o verdadeiro conteúdo das declarações de princípio.

O Tratado de Roma determinava que a criação da CEE tinha por objectivo, nomeadamente, a eliminação, entre Estados membros de todos os obstáculos, à livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Foi então declarada a abolição de toda e qualquer discriminação nacional entre trabalhadores de Estados membros no que respeita ao recrutamento para o trabalho, à remuneração e às outras condições de trabalho.

Esta disposição permitiu de facto, ao capital monopolista, empregar milhões de desempregados emigrados em trabalhos mal remunerados, penosos, insalubres, e frequentemente perigosos.

Os operários estrangeiros estão normalmente sujeitos a uma exploração particularmente acentuada e a uma discriminação no que respeita a emprego, salário, duração de jornada de trabalho, formação profissional e habitação. Simultaneamente ficam à margem da Segurança Social. A jornada de trabalho é frequentemente dupla da normal.

Ainda que nos países da CEE, os operários de outro país membro estejam numa situação mais vantajosa do que os outros emigrantes, não deixam por isso de ser objecto de várias formas de discriminação directa e indirecta.

Num momento em que o mundo capitalista se encontra seriamente afectado por uma crise económica e que os países da CEE contam com mais de cinco milhões de desempregados, os primeiros afectados são os trabalhadores emigrados, pertencendo ou não a países membros da CEE.

O tratado de Roma não foi feito para eles.

## Investimentos externos num país pilhado – o Brasil

O ano de 1976 será ainda mais duro e difícil para o povo brasileiro, do que o ano findo, já francamente caracterizado por um crescendo de dificuldades económicas. Esta a promessa de Geisel ao povo brasileiro, numa mensagem transmitida a todo o país pela rádio e a televisão.

Em 1975, diminuíram sensivelmente as exportações brasileiras. A dívida externa atingiu os 22 bilhões de dólares; o défice comercial elevou-se a seis bilhões e as reservas em divisas diminuíram de 5,7 para três bilhões. No princípio do mês de Dezembro passado Geisel ordenou aos seus ministros e a agências governamentais para reduzir em 25 por cento as importações e em 20 por cento o consumo de combustível. Uma nota explicativa posterior indicava que a recessão nos países capitalistas desenvolvidos tinha incidências perigosas sobre a balança de pagamentos do país e punha em perigo novos investimentos externos. O Brasil gastou cerca de 12 bilhões de dólares em importações durante o ano de 1975, tendo obtido somente 9 bilhões pelas suas exportações.

No sombrio panorama do Brasil dos nossos dias, que o próprio Geisel se viu forçado a traçar, um facto foi apontado como altamente positivo, mesmo como o maior sucesso do ano – a compra de reactores nucleares a república Federal Alemã. Um perigo foi destacado como o mais grave – a retracção nos investimentos estrangeiros, pela própria situação de crise mundial do capitalismo e pela deterioração da economia brasileira, que assim se tende a tornar menos atraente aos vorazes intuitos das multinacionais.

Dois factos que definem todo o conteúdo de uma política.

Após o golpe militar fascista com que foi derrubado o regime constitucional de João Goulart, dentro desse estilo frequente na América Latina que tem a inequívoca e característica marca da CIA, o Brasil deixou de ser terra de brasileiros, para se transformar em território ao serviço das grandes multinacionais, em particular, como seria lógico, as norte-americanas.

Para isso, foi instaurado «um clima de tranquilidade e de calma para trabalhar e viver», que Geisel

continua cinicamente a gabar e a agitar como característica fundamental da «mercadoria» que oferece aos seus clientes: as riquezas e a mão-de-obra brasileiros. As greves e todos os direitos sindicais foram suprimidos. A repressão arvorada como resposta exclusiva às reivindicações das massas trabalhadoras.

Lançaram-se as bases do «milagre económico brasileiro». «Milagre» que se traduziu num falso florescimento industrial, que mais não era do que a utilização da terra e do trabalho brasileiro pelas multinacionais, para desmesurado aumento dos seus próprios lucros. «Milagre» que significou, na prática, um ainda maior enriquecimento de trustes com sede em Washington, e a miséria, a exploração e a opressão para o povo brasileiro, a perda da independência nacional, o progressivo endividamento externo.

Com a gravíssima crise económica do sistema capitalista, assiste-se ao esboramento do falso milagre, num processo que se iniciou há dois anos. Em 1974, pela primeira vez na história do Brasil, a balança comercial foi deficitária em 4 bilhões e 700 milhões de dólares, a que há que somar dois bilhões e 300 milhões de déficit na balança de serviços. A dívida externa elevou-se a 17 bilhões de dólares, enquanto as reservas externas diminuíram de 6 bilhões e quatrocentos milhões em Setembro de 1973 para quatro bilhões e 200 milhões em Junho do ano seguinte.

Com o fim dos tempos de «vcas gordas» para os países capitalistas desenvolvidos, o «milagre» brasileiro tem os seus dias contados. Este o destino natural dos países cujas economias são colocadas ao serviço de interesses alheios, sejam muitos ou poucos os «patrões» que manobram nas suas terras.



Geisel sabe-o. Face ao artificial optimismo de Ford quanto às perspectivas da economia capitalista, as esperanças para o Brasil dominante, nos seus sectores fundamentais, pelos monopólios americanos, são bem magras. Sombrias as perspectivas. O dramatismo da situação impede Geisel de utilizar a demagogia que Ford ainda tem o descaramento de arvorar. O destino dos países dominados pelo mundo do capital internacional não é só o de serem miseravelmente explorados, e também o de serem os primeiros e mais gravemente atingidos pelas crises inerentes a esse mundo.

Factos que em nada alteraram o panorama político dos órgãos de poder brasileiros. Antes vieram agudizar a utilização sistemática e indiscriminada do aparelho repressivo.

Os trunfos em que Geisel continua a apostar são os mesmos. A entrega do Brasil, o bem servir os seus patrões estrangeiros, mantém-se como a preocupação predominante.

Não é ocasional que aqueles a quem a revolução portuguesa afastou das suas fronteiras, por a nova situação criada não lhes interessar, tenham buscado refúgio no Brasil.

Não é ocasional que empresas norte-americanas, que até há pouco trabalhavam na Venezuela, donde se retiraram com o processo de nacionalização em curso, dirijam hoje as suas vistas para a região do Mato Grosso.

Na cerimónia recentemente realizada em Portugal, em que foram apresentados cumprimentos ao chefe do Estado-Maior do Exército pelos adidos militares acreditados em Portugal, o coronel brasileiro Orcy Barbosa manifestou «os sentimentos de amizade e respeito votado ao Exército Português», fazendo votos para uma cooperação que se traduzisse em benefícios para todos. Foi então afirmado do lado português a colaboração deveria situar-se «não só no campo militar mas ultrapassar esse âmbito».

Portugal está naturalmente interessado em manter relações com o maior número de países. Mas a ditadura de Geisel não pode constituir, naturalmente, uma ligação preferencial para a revolução portuguesa. Os laços que unem os povos de Portugal e do Brasil, não passam pelos ministérios de Brasília. Processam-se naturalmente entre os que se batem pela defesa de importantes conquistas revolucionárias, pelo equilíbrio de um difícil processo de democratização, e os que lutam contra uma ditadura manobrada de Washington, que transformou o Brasil na ponta de lança do imperialismo americano na América Latina.

## Washington continua mestra na arma da chantagem económica

Limitadas as possibilidades de utilização de outras armas, a arma da chantagem económica ganhou uma ainda maior importância, e reforçou-se a sua normal utilização, até mesmo como forma de pressão política perfeita e pública e (porque não?) «respeitável».

A Casa Branca, emérita conhecedora do manejo das mais variadas armas, destacando-se com a maestria com que as utiliza, tem como um dos seus mais fortes «argumentos» a prática sistemática da chantagem económica. O imperialismo, que se alimenta da exploração de uma multiplicidade de povos, dá-se ao luxo de negociar com as sobras dos portentosos lucros que assim auferem, para «manter na ordem» países de que ainda mantém a

veleidade de continuar como senhor.

Depois dos «conselhos», aos povos de outras nações independentes, de que se «não metessem em política», neste ou noutro organismo internacional específico, depois de fazer depender a sua presença (e a sua contribuição financeira) em certas organizações internacionais, do amém concedido aos seus próprios interesses e intenções, Washington pretende exigir agora a submissão de uma parcela da ONU aos seus pontos de vista. E propõe-se fazê-lo pela compra do voto dos seus opositores. A técnica é simples e antiga. Só haverá auxílios económicos, a troca da compra das consciências, da vontade, dos interesses dos povos representados na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A razão da ameaça está em que o ex-patrão norte-americano, alimentando ainda esperanças de reforçar a sua decrépita autoridade, se sente ferido pelas inúmeras derrotas sofridas este ano na ONU. Os cordelinhos escampam-lhe das mãos, Washington tenta retomá-los.

Assim, segundo o «New York Times», o Governo americano, para manifestar o seu descontentamento em relação ao voto de alguns países na Assembleia Geral das Nações Unidas, decidiu diminuir o auxílio americano a esses países no campo económico e humanitário. Foi mesmo criada uma repartição no Departamento de Estado com o fim de analisar o modo como certos países votaram nas Nações Unidas «assuntos que não lhe diziam directamente respeito» (Washington arvorava-se assim em árbitro dos problemas que dizem ou não respeito a outros países!), mas at avés do qual procuraram prejudicar a política americana. Pelo contrário, outros países, como a Costa do Marfim e o Malawi, que apoiaram muitas vezes o ponto de vista norte-americano na ONU, serão recompensados com um auxílio suplementar de Washington.

Entre as resoluções das Nações Unidas consideradas como hostis à política americana salientam-se as relativas à Coreia, ao sionismo, a Porto Rico e à retirada das forças militares americanas das bases da ilha Guam.

A arma económica é de utilização trivial por parte do imperialismo. Serve para pressionar a política interna deste ou daquele país. Serve para pressionar a sua política externa. Serve mesmo para influenciar a orientação de organizações internacionais.

Entretanto, o recurso (possivelmente só reforçado) a tal arma, como consequência confessada do somatório de derrotas sofrido este último ano por Washington, reflete sérias preocupações da Casa Branca e dá-nos a medida da envergadura dessas mesmas derrotas, dos progressos que têm vindo a verificar na cena política internacional. Progressos que tenderão a prejudicar seriamente a eficácia de tal arma.

Por outro lado a arma da chantagem económica funciona como uma espada de dois gumes. A prática dos «auxílios económicos» do imperialismo a países em vias de desenvolvimento diz-nos que tais auxílios se traduzem normalmente em benefícios exclusivos para os «beneméritos» senhores do capital. Sem dúvida que os «auxílios» se podem destinar unicamente a garantir determinadas posições políticas, subordinando a estas interesses de ordem democrática. Mas, de uma forma geral, a suspensão ou limitação de «auxílio económico» a este ou aquele país prejudica particularmente as próprias multinacionais americanas, limita-lhes ainda mais o campo de obtenção dos seus lucros.

Estas algumas das contradições em que se debate o emprego da arma da chantagem económica. Contradições que tenderão a acentuar-se enquanto se reforça o cerco das forças progressistas ao imperialismo. Contradições a que o mundo do capital não se pode furtar, mas que não bastam a que tais maneios possam representar de facto prejuízos e atrasos para o reforço das forças progressistas a nível mundial.

## O pensamento de Amílcar Cabral materializa-se na Guiné e Cabo Verde

No início do ano em que se comemora o vigésimo aniversário do PAIGC, no ano em que será realizado o III Congresso do Partido, congresso da reconstrução da unidade Cabo Verde-Guiné-Bissau, o balanço de 1975 é altamente positivo.

O ano de 1975 – afirmou o camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC – foi um passo em frente, «mais um período de esforços construtivos», mas também de «importantes conquistas sociais e políticas que fortaleceram e tornaram irreversível o processo da nossa libertação».

O secretário-geral do PAIGC, depois de referir a grandiosa tarefa de substituir as estruturas coloniais por novas estruturas administrativas de consolidação do Estado revolucionário, sublinhou que, foi possível «desmantelar as velhas estruturas de opressão e exploração e começar a substituí-las por novas formas de organização correspondentes às nossas opções ideológicas».

«Neste quadro doram elaborados e começaram a ser postos em marcha uma série de projectos de desenvolvimento, tanto no domínio da indústria e da agricultura, como nos sectores da saúde e da educação» – afirmou Aristides Pereira.

Durante este primeiro ano conseguiu-se «fazer regressar dezenas de milhares de camponeses às suas tabancas, onde, ainda na campanha finda, puderam trabalhar livremente, garantindo a sua subsistência e contribuindo para o progresso do país» – declarou o camarada Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado de República da Guiné-Bissau – salientando que este período de transição foi caracterizado por «um esforço grande de adaptação dos combatentes da liberdade da pátria às estruturas e exigências do mecanismo de Estado».

Sobre um saldo largamente positivo, abram-se as perspectivas, delinham-se as tarefas para 1976.

Te emos de continuar a consolidar estruturas da nossa administração pública, na Guiné e em Cabo Verde, a lançar bases firmes de desenvolvimento económico, social e cultural e imprimir uma nova dinâmica ao nosso Partido, como factor determinante das transformações requeridas pelas legítimas necessidades e justas aspirações do nosso povo» – afirmou Aristides Pereira em mensagem dirigida aos povos da Guiné e Cabo Verde. «Um ano de tomada de consciência, um ano de responsabilidade, em que devemos tirar do nosso seio toda a tendência negativa, como a que caracteriza aqueles que querem ganhar o dinheiro do Estado sem trabalhar ou que procuram despender o menor esforço possível» – salientou Luís Cabral.

# « TOMAR O DESTINO NAS NOSSAS MÃOS » OBRA VITORIOSA NO DIA-A-DIA DA GUINÉ

Amílcar Cabral vivo nas suas palavras e actos de ontem, que são as lições vivas que o povo e os governantes da nova República aplicam hoje na construção de um país liberto do colonialismo. As grandes realizações alcançadas em menos de um ano de independência total são a prova mais fiel da devoção pela memória daquele que caiu, há três anos, em defesa do seu povo. A nacionalização da Casa Gouveia, as realizações e os projectos industriais, o melhoramento da agricultura, do ensino e da saúde apontam para a destruição total das raízes do colonialismo e dos inimigos que ele deixou nas terras da Guiné e Cabo Verde



Em 20 de janeiro de 1973, a África perdia um dirigente revolucionário de valor e prestígio reconhecidos em todo o mundo. A luta mundial contra todas as formas de miséria e opressão perdia um combatente da primeira linha. Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC, tombava, naquela data, assassinado por traidores preparados pela PIDE e pagos pelas forças mais retrógradas do fascismo português.

São ensinamentos do tempo da guerrilha, da luta contra o colonialismo. Mas são já também palavras do futuro, palavras de hoje e de amanhã, a que o «Nô Pintcha», jornal do PAIGC, dá o relevo necessário para que todos aprendam esses ensinamentos e deles extraiam os frutos necessários.

### DESTRUIR AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO ECONÓMICA DOS COLONIALISTAS

Como é que os trabalhadores guineenses não compreendiam a necessidade total de lutar contra o colonialismo ao ouvir Amílcar Cabral dizer-lhes: (...) «Porque uma família que cultivava uma superfície qualquer de mancarra, (amendoim) a mancarra que colhe, que vende, o dinheiro que recebe no fim não chega para pagar um salário, mesmo baixo, às pessoas de família, durante um ano de trabalho. Quer dizer, chegamos à conclusão, por exemplo, de que a nossa gente trabalhava de graça para a casa Gouveia, Ultramarina e outros comerciantes que compravam mancarra, porque o dinheiro que ganhava com essa mancarra é certo que lhe dá para pagar o imposto de família, para arranjar uns panos para a mulher, para comprar uma coisinha mais, mas se fizesse as contas como deve ser, na exploração agrícola, vemos que isso não paga o preço do custo daquela mancarra, incluindo salários e outras despesas que se têm que fazer. Ora isto é que nós queremos destruir. Tínhamos que destruir isso, tínhamos que destruir essas relações de exploração económica dos colonialistas sobre o nosso povo. E tínhamos também que destruir outras bases de exploração económica, embora tenha tomado ares de administrativa, que é, por exemplo, o pagamento de impostos injustos e de vários tipos de imposto pelo nosso povo ao Estado colonial português.»

Para modernizar a agricultura, a assistência sanitária e o ensino, o Partido e o Estado, além dos sucessos já alcançados, têm numerosos projectos para as várias regiões do país a concretizar brevemente. Na área de Portogole, vai ser construída uma central eléctrica. Em Bissau, Salbá, Bafatá, em Cantungo e no Sul serão erguidas várias fábricas de telha e tijolo. «Para que o nosso povo construa as suas casas modernas, de acordo com a arquitectura manjarica, fula ou papel, de acordo com o clima e com as condições necessárias de higiene e saúde» — anuncia recentemente em Cantungo o presidente Luís Cabral.

Na região de Cacheu, serão aplicados vários planos industriais, designadamente uma fábrica de conserva de camarão, para exportar. As obras vão ser iniciadas em breve. Vai ser erguida também uma fábrica de farinha de peixe. Ainda na mesma região, serão

melhoradas, de uma maneira geral, as escolas e construir-se-á um internato. Na zona da Falacunda, vai ser possível instalar algumas indústrias relacionadas com o aproveitamento dos seus recursos naturais: a madeira e a borracha. Em Bolama, montar-se-ão fábricas de sumos, comotas, aproveitamento da castanha de caju e tecelagem. Em Bubá, região próxima de Bolama, vão ser plantados grandes pomares para abastecimento das novas fábricas. As cidades de Firim, Catió e Bolama serão asfaltadas.

Atenção especial merece também o turismo e o desporto. Estão a ser discutidas várias iniciativas nesses campos, nomeadamente no que respeita ao aproveitamento das condições naturais do arquipélago dos Bijagós.

### NACIONALIZADA A CASA GOUVEIA, BALUARTE DO COLONIALISMO

RElevo especial entre as medidas económicas da República da Guiné-Bissau merece, no desenvolvimento do país e no melhoramento das condições de vida de todo o povo, a nacionalização da actividade comercial da casa Gouveia, que será integrada nos Armazéns do Povo. Com a parte industrial dessa importante empresa de capital português constituir-se-á uma sociedade de economia mista, destinada especialmente à extração do óleo de mancarra e à fabricação de produtos derivados. Terminará, assim, a exportação dessa matéria-prima para o

estrangeiro, passo que representa um grande benefício para a economia nacional. A entrega imediata das estruturas comerciais da «Gouveia» aos Armazéns do Povo assume enorme importância para o povo guineense a favor de quem revertirá já o rendimento da comercialização da mancarra resultante da próxima campanha. Até fins de Janeiro estará concluído o inventário do pat. imóvel da Casa Gouveia em todo o país. No Leste e na região de Oio, as antigas casas comerciais da empresa já foram entregues aos Armazéns do Povo. Os trabalhadores da Casa Gouveia não serão afectados nos seus direitos. Segundo o camarada Armando Ramos, Comissário de Estado do Comércio e Artesanato, «todos aqueles trabalhadores que ainda não têm idade para a reforma já estão praticamente integrados nos Armazéns do Povo. Quanto aos direitos adquiridos por alguns empregados, a empresa vai indemnizá-los e o nosso estado vai dispor todos os esforços no sentido de manter os mesmos benefícios. Do mesmo modo, a empresa vai garantir a reforma daqueles que já atingiram a idade necessária, estando o assunto entregue ao Instituto do Trabalho». Por seu lado, Luís Miteu, um dos representantes da delegação portuguesa que participou nas negociações, afirmou aaaaarria, referindo-se aos trabalhadores que «os Armazéns do Povo garantem emprego a todos eles, o que, para nós, é fundamental. A maioria aceita a nacionalização e está apta a dar todo o apoio e colaboração à nova empresa. Quanto aos estrangeiros, estão decididos a colaborar

o mais possível, a ajudar o lançamento disto, mas é evidente que há problemas a resolver para que a integração seja perfeita». O comissário de Estado do Comércio e Artesanato fez questão de salientar que os próprios quadros da direcção da Gouveia estão «dispostos a dar a sua contribuição na reconstrução da nossa terra, oferecendo-se voluntariamente, antes mesmo de ser levantado o problema das negociações com a empresa, para virem trabalhar conosco nos Armazéns do Povo. Ofereceram-se, até para se necessário, fazerem horas extraordinárias» revelou. As declarações de empregados superiores da Gouveia confirmam essas declarações do ministro no sentido de «colaborar com todos os cooperantes portugueses que cá estão, com os estrangeiros e com os próprios filhos da terra que se encontram à testa dos Armazéns do Povo». Mas o mais difícil está para vir. O próprio responsável pela pasta do Comércio admite que poderão surgir dificuldades quando chegar a altura de «acertar contas», embora acredite que «vamos vencer essas dificuldades». Nas negociações finais intervirá um representante do VI Governo Provisório, pois o Estado português detém 52 por cento do capital da Gouveia. «Talvez esta venha a ser, de facto, a fase dura das negociações — admite o ministro guineense — porque é então que vai ser determinado o que é nosso e o que é do

Governo português. Vai ser um trabalho difícil porque, como sabemos, a Casa Gouveia é uma empresa que explorou o nosso povo. Os lucros não eram reinvestidos e a empresa tinha um sistema de contabilidade próprio, procedendo conforme lhe convinha. Por isso, nesta fase de negociações vai haver um trabalho muito sério, pois nós temos que defender os interesses do nosso povo». A mancarra era a principal exportação da Guiné-Bissau. Os colonialistas portugueses e o seu regime eram os grandes beneficiários do comércio dessa matéria-prima que agora servirá para desenvolver a indústria guineense. O óleo de amendoim, extraído na própria Guiné, servirá para o fabrico de sabão, margarina e alimentos para o gado. O povo guineense passará a dispor de um grande complexo industrial pondo ao seu serviço essa matéria-prima fornecida pelos Armazéns do Povo. Acto decisivo na descolonização da Guiné-Bissau, a nacionalização da Casa Gouveia não pode depender de interesses colonialistas. Os ensinamentos de Amílcar Cabral estão presentes e vivos na experiência diária do povo e dos governantes da Guiné livre e independente. A Casa Gouveia e muitas outras Casas estão pagas e bem pagas e bem pagas pelos trabalhadores guineenses, que nunca puderam fazer as contas como deve ser. Fazê-as hoje não é demais para um povo que tem séculos de exploração colonialista a destruir.

## COM O AMBRIZ LIBERTADO PROSSEGUE A CONTRA-OFFENSIVA DO POVO ANGOLANO

Depois do Negage e do Uíge, as Forças Armadas do MPLA (FAPLA) libertaram o Ambriz, porto importante do norte de Angola. Enquanto a contra-offensiva do povo angolano prossegue no sul, a OUA nada decide sobre a invasão imperialista de Angola. À medida que aumenta a solidariedade e o apoio militante dos povos à independência verdadeira da RPA, o imperialismo e o neo-colonialismo comprometem-se cada vez mais numa agressão condenável e condenada à derrota

### TOMAR O DESTINO NAS NOSSAS MÃOS

Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado, dizia recentemente durante a visita à região de Cacheu: «Sabemos que há ainda gente que, na sua mentalidade, não conseguiu libertar-se de toda a influência de séculos de presença dos colonialistas estrangeiros. São esses que, ainda hoje, não acreditam que nós, seus irmãos, amigos e companheiros de escola, africanos, somos capazes de tomar a nossa terra nas nossas próprias mãos no caminho do progresso, a fim de a tornarmos cada vez melhor, para que o nosso povo, os nossos meninos possam viver bem, amanhã.»

Mas o presidente Luís Cabral, como todos os dirigentes do novo Estado, conhece essa gente e adverte-a: «Que a pequena burguesia, sempre descontente, que julga ser a única classe capaz de fazer as melhores coisas, não faça críticas, mas que reconheça o trabalho bom que já fizemos, que nos fale da obra extraordinária realizada em um ano de independência total.» Apontando o inimigo, sempre presente, Luís Cabral acrescentou: «Pedimos a todo o nosso povo que esteja vigilante, para um inimigo não dorme. Ele está no meio de nós, nas ruas, em toda a parte. Nós estamos prontos a batêmo-nos contra ele, como lutamos contra os colonialistas, e a destruí-los completamente. Há inimigos que temos no nosso meio, simplesmente para estragar com as suas intrigas o nosso trabalho. Poderão destruir-nos em 24 horas, porque os conhecemos, um a um. Não vale nada, mas são capazes de fazer confusão no seio daqueles que ainda não entenderam bem qual o nosso caminho». Por isso, alertamos o nosso povo para manter a vigilância face aos reaccionários no nosso seio.

É preciso combatê-los porque — lembrou Luís Cabral — «a nossa revolução não é só izar a bandeira nacional, mas transformar radicalmente a vida do nosso povo, as relações sociais que existem na nossa terra, criando novas relações de justiça e fraternidade.» «Nesta luta que travamos, no caminho traçado pelo Partido — acrescentou o presidente — temos que construir nós próprios a nossa terra, procurando cumprir acada vez melhor a palavra de ordem que Cabral nos deixou: tomar o destino nas nossas mãos.»

### UNIDADE E LUTA NA GUINÉ, EM CABO VERDE E NA GUINÉ E CABO VERDE

Devemos destruir isso. É o que se faz diariamente em Cabo Verde e na Guiné, terras que, unidas, formam hoje uma mesma pátria um mesmo país africano. Destruir isso é também prosseguir lutando pela realização completa da unidade que Cabral preconizava para a sua terra e que definia assim em conjunto com a luta: «Agora, tomadas em conjunto, Unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que, mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta, Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser. Camaradas, todo o resto é a

aplicação deste princípio básico nosso. Quem não entender, ele tem que entender, porque senão ainda não entendeu nada da nossa luta. E nós temos que realizar este princípio, em três planos fundamentais: na Guiné, em Cabo Verde e na Guiné e Cabo Verde. Quem estudou o programa do nosso Partido sabe que é assim mesmo.» Lucídio, totalmente dedicado à luta do seu povo, como revolucionário conseqüente que era, Amílcar Cabral procurava congregat todas as forças contra o colonialismo.

É claro que esta sociedade na cidade — afirmava — temos que vê-la em relação à luta para fazer-mos a unidade. Porque nós, contra os colonialistas portugueses, queremos até mesmo gente desse grupo de brancos, para lutarem ao nosso lado, se eles quiserem. Porque, entre os brancos, pode haver uns que são a favor do colonialismo e outros que são anticolonialistas. Se esses se juntarem a nós, é bom, é mais força contra os colonialistas. Aliás, vocês sabem que exploramos isso bastante. O camarada Luís Cabral, por exemplo, se conseguia fugir, foram os brancos que o tiraram de Bissau, para passar em Ensalma, para seguir para a fronteira. Dois brancos todo vocês sabem. Uma pessoa que teve bastante influência no trabalho do nosso Partido, em Bissau, foi uma portuguesa. Só quem não está no partido é que não sabe isso.»

Os ensinamentos de Amílcar Cabral não eram daqueles que morrem nos livros, ou lá adormecem, nos livros que ninguém abre. O que ele disse aos quadros, aos militantes, aos combatentes, em grandes assembleias ou pequenas reuniões, é de hoje. São directivas de hoje, análises, realidades de agora, formas de as fazer andar ou de as combater. E isso vê-se no dia-a-dia da Guiné-Bissau, na forma como se constrói o novo país, na forma como se arrancam as raízes que o colonialismo deixou em África.

### A LINHA DO COMBATE PELA LIBERDADE AFRICANA PASSA POR ANGOLA

A Organização de Unidade Africana (OUA) deu por finda a sessão extraordinária, iniciada em 10 do corrente, sem qualquer resultado acerca da agressão imperialista ao povo angolano. Convocados praticamente para esse fim, os chefes de Estado e de governos africanos ao fim de três dias de debates, que, na maior parte, fortaleceram a República Popular de Angola, a luta justa do seu povo e o MPLA, decidiram entregar o acompanhamento do assunto ao Secretariado e à 2.ª conferência de alto nível da Organização.

Havia duas moções completamente antagónicas. Uma defendia os interesses do povo angolano e de todos os povos africanos. A outra impunha os interesses do imperialismo e do governo racista da República Popular de Angola, tendo apelado a todos os países africanos para que prestassem auxílio ao povo angolano na sua luta pelo fim imediato da agressão. Desta forma, a África assumiu, através da sua organização mais influente e prestigiosa, uma atitude clara para com a intervenção do imperialismo em Angola. Esta declaração da OUA constituiu mais um apelo aqueles países africanos e de todo o Mundo que mantiveram, até agora, uma posição con-temporizante em relação aos acontecimentos em terra angolana. Deve-se assinalar contudo, que os mais importantes países do continente, há muito, declararam o seu apoio ao Governo do MPLA.

A declaração da OUA confirmou a justa e a necessidade da atitude assumida pela União Soviética e por outros países socialistas. O mundo socialista sempre ajudou e continua a ajudar o povo angolano na heroica luta pela liberdade e independência da sua pátria. Neste momento, ninguém já poderá dizer, com absoluta convicção, que os renegados da FNLA e UNITA podem representar os interesses nacionais. Estas duas organizações apenas servem de capa, por detrás da qual, a África do Sul, os Estados Unidos e alguns países da NATO, intentam em Angola a fim de tentarem manter sob controlo dos monopólios imperialistas as riquezas do novo país.

Hoje em dia a linha do combate pela liberdade africana, passa por Angola. Esta linha divide o mundo. Através da atitude de um governo para com o problema angolano, pode julgar-se qual a sua atitude para com a liberdade, a paz, e a justiça. Actualmente, de um lado, estão o povo de Angola, unido em torno do MPLA, os povos de África defensores da liberdade, a União Soviética e os demais países socialistas, todas as forças progressistas do mundo. Do outro lado, estão o imperialismo, o neocolonialismo, o racismo e os dirigentes chineses que a eles se aliam. A declaração da OUA, concitando a

unidade que se ergue bem alto para condenar a agressão da África do Sul, o imperialismo e os seus fantoches, para apoiar a conseqüente luta pela independência da República Popular de Angola.»

«Seria um crime para a África assistir passivamente à violação do solo angolano pelas forças racistas. A República Popular de Moçambique, fruto da luta vitoriosa do povo moçambicano contra o colonialismo português, considera seu dever e dever de todos os povos de África mobilizar todas as suas energias, assim como as do nosso continente, e apelar para a humanidade progressista para que preste toda a ajuda ao povo irmão e à República Popular de Angola.»

«Não temos dúvidas de que o povo angolano sairá da luta vitoriosa, declarou ainda o presidente. Temperado por treze anos de luta constante, activa e conseqüente contra o colonialismo português, o povo angolano, sob a direcção do MPLA, rechaçará definitivamente os invasores estrangeiros e os seus aliados.»

A terminar o seu discurso, o presidente Samora Machel, depois de realçar o apoio total e a solidariedade do povo e dos dirigentes de Moçambique à libertação de Angola da agressão estrangeira, concluiu: «Que o povo angolano saiba que não seu justo combate, encontrará sempre o apoio dos povos de África que querem a liberdade e a independência. É a voz da África



acabar com a agressão imperialista e racista em Angola, testemunha que a África pretende lutar decididamente, até à vitória, pela liberdade desse país. Tal tomada de posição é um acto corajoso face à frente unida do imperialismo, do neocolonialismo e do racismo. Tornou-se possível devido ao processo de desanuviamento que se opera no mundo e entrava as acções da reacção. Tomou-se possível também, porque os inimigos da África não conseguiram romper a frente única constituída pelos países socialistas e pela maior parte dos países em vias de desenvolvimento. Para estes, o apoio na sua luta por parte do mundo socialista constitui um factor decisivo na criação de uma África nova.

«Em declarações ao jornal soviético «Pravda», o presidente da RPA, dr. Agostinho Neto, afirma: «A proclamação da RPA foi importante passo do povo angolano na sua luta por um Estado independente em que será liquidada definitivamente a exploração do homem pelo homem. O próprio facto da formação da RPA pelas forças progressistas da África a consolidar mais ainda as suas posições na luta contra o imperialismo. A proclamação da independência e o caminho que a RPA e o povo angolano escolheram, adquire nas condições actuais, um sentido muito especial, também no plano internacional. Naturalmente, deve-se ter em vista que a via seguida pelo povo angolano não é o agrado dos nossos inimigos. Agora tal como antes, inimigos do povo angolano são, na essência, os mesmos que, ainda há pouco, ajudaram os colonialistas, e que actualmente procuram estrangular a nossa jovem República.»

Quero frisar, continuou o presidente, que o nosso maior e o mais perigoso inimigo é o imperialismo mundial com os EUA à frente. Actuam com a sua força de choque, a RSA, e os mercenários, traidores e criminosos de alguns outros países. Os amigos do povo angolano são aqueles países que lhe prestam uma ajuda eficiente na luta contra os colonialistas e os quais continuam a apoiar-nos neste momento, na nossa luta pela causa justa.

O governo e o povo da nossa República exprimem a sua gratidão e o reconhecimento ao União Soviética e a todas as forças pro-

gressistas do mundo que continuam a prestar-nos uma ajuda generosa e desinteressada neste tão difícil período.

A RPA foi reconhecida por muitos países da África e de outras partes do mundo. Este processo continua. Em relação com isso, o objectivo primordial da nossa política exterior consiste em fazer com que nos reconheça a maioria esmagadora dos Estados.

Quanto aos nossos problemas internos, não se pode ignorar o facto da existência de problemas graves no nosso Estado proclamado há menos de dois meses. O heróico povo angolano não se deixa atemorizar — disse Agostinho Neto. O povo angolano e as FAPLA gloriosas obtiveram a vitória e libertarão todo o território nacional dos intervenções dos dois fanteoches.

Por motivo do Ano Novo, gostaria de agradecer a todos os Estados progressistas, aos povos africanos e a todos os povos do mundo que se pronunciam a favor da nossa causa justa.

Em nome do Comité Director, do MPLA, do Governo da República Popular de Angola e de todo o povo angolano, — disse o presidente — quero exprimir o nosso sentimento de profunda gratidão e reconhecimento à União Soviética e ao povo soviético pela sua ajuda desinteressada e pelo seu apoio, que nos tem sido muito útil, na nossa luta contra os inimigos internos e externos. Desde o início da nossa justa luta pela liberdade e independência mantivemos relações muito boas com a URSS. Queremos sinceramente que estas relações e a cooperação se fortaleçam e se aprofundem. Quanto ao povo da União Soviética, desejo-lhe êxitos e realizações ainda maiores em todos os domínios a bem da paz e do progresso em todo o mundo.»

### GRATIDÃO E RECONHECIMENTO PARA A UNIÃO SOVIÉTICA

«Sob o título «Construindo Uma Vida Nova», o jornal «Pravda» publica os artigos dos seus correspondentes em Luanda. Os jornalistas soviéticos narram a luta dos operários contra a desorganização e a ruína e os primeiros êxitos obtidos nesta luta. A correspondência menciona, ainda, as palavras do ministro da Informação de Angola, que afirma: «A reconstrução da economia nacional, minada pela guerra, e a superação do atraso do país, a liquidação da miséria e das doenças, só será possível com o desenvolvimento do sector estatal, com a criação de uma economia planificada, com a elaboração de projectos de aproveitamento das riquezas naturais e com a industrialização.»

### NÃO HÁ SINAIS DE PESSIMISMO

«Sob o título «Construindo Uma Vida Nova», o jornal «Pravda» publica os artigos dos seus correspondentes em Luanda. Os jornalistas soviéticos narram a luta dos operários contra a desorganização e a ruína e os primeiros êxitos obtidos nesta luta. A correspondência menciona, ainda, as palavras do ministro da Informação de Angola, que afirma: «A reconstrução da economia nacional, minada pela guerra, e a superação do atraso do país, a liquidação da miséria e das doenças, só será possível com o desenvolvimento do sector estatal, com a criação de uma economia planificada, com a elaboração de projectos de aproveitamento das riquezas naturais e com a industrialização.»